

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

Clara Sitó Alves

**As representações da mulher negra:
uma análise do programa Nação da TVE RS**

Santa Maria, RS, 2017.

Clara Sitó Alves

As representações da mulher negra: uma análise do programa Nação da TVE RS

Teorias Aplicadas à Comunicação II, apresentado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro de Ciências Sociais e Humanas como requisito para obtenção de grau de **Bacharel em Comunicação Social**.

Orientador: Prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho
Coorientadora: Débora Flores Dalla Pozza

Santa Maria, RS
2017

Clara Sitó Alves

As representações da mulher negra: uma análise do programa Nação da TVE RS

Teorias Aplicadas à Comunicação II, apresentado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro de Ciências Sociais e Humanas como requisito parcial para obtenção de grau de **Bacharel em Comunicação Social**.

Aprovado em XX de XXXX de 2017:

Flavi Ferreira Lisbôa Filho, Dr (UFSM)
(Orientador)

Maria Andrea dos Santos, Dra,

Giane Vargas Escobar, Dra.

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Realizar esse estudo só foi possível graças a compreensão, carinho e dedicação de muitas pessoas, por isso, agradeço a todos e todas que, de alguma forma contribuíram para essa conquista. De maneira especial, sou grata:

- a minha família, aos meus pais Nilda e Miguel por todo o suporte dado ao longo de toda minha vida, pelo incentivo sempre a buscar cada vez mais conhecimento, por respeitarem as minhas escolhas, por todo o afeto e confiança e por serem meus primeiros exemplos de resistência; às minhas irmãs Clarissa e Cláudia pelas ajudas constantes, independente da distância, pela leveza proporcionada nos momentos de apreensão e por serem referências de mulheres negras ao longo de toda minha vida;

- ao Nathanael, por todo o amor, carinho, incentivo e paciência dedicados, principalmente ao decorrer deste estudo, por nem nos momentos de angústia ter duvidado desta conquista e por ter sido tão gentil e amoroso durante todo o processo;

- ao meu orientador, prof. Dr. Flavi Ferreira Lisboa Filho e a mestrande Débora Dalla Pozza que não poderia ter sido melhor coorientadora, exigente e atenciosa, por todos os ensinamentos que compartilharam ao longo dessa trajetória, com total dedicação, cuidado e atenção, por me darem todo o suporte necessário na construção desta monografia;

- as professoras Andrea dos Santos e Giane Vargas Escobar por aceitar o convite para avaliar minha pesquisa e por oferecem contribuições significativas para o aperfeiçoamento da mesma;

- as amigas e companheiras de luta da Juventude Negra Feminina de Santa Maria, por serem decisivas no meu processo de autoafirmação e despertar da consciência negra, por todo o aprendizado ao longo desses três anos, por serem capazes de me fortalecer nos momentos de desespero e por me ensinar sobre resistência e empoderamento;

- a Daniela Souza, por ter sido decisiva em suavizar cada passo desta monografia, por me mostrar outras perspectivas, por ter sido tão atenciosa e paciente em cada lágrima derramada, por sempre me incentivar e mostrar o quão significativa é esta contribuição para as pesquisas acadêmicas e para negras e negros;

- aos meus amigos, por todos os incentivos e boas energias enviadas ao longo do percurso, por toda a preocupação compartilhada e pelas comemorações a cada passo do caminho, por dividir momentos de ansiedade e descobertas e por acreditarem no potencial desta monografia.

Porque nós somos oprimidas como mulheres negras, logo todos os aspectos de nossa luta por liberdade, incluindo o ensino e a escrita sobre nós mesmas, deve refletir de algum modo nossa libertação. Nomear e descrever nossa experiência são importantes passos iniciais, mas não são suficientes para nos levar onde desejamos.

(Patrícia Hull)

RESUMO

AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NAÇÃO DA TVE RS

AUTORA: Clara Sitó Alves

ORIENTADOR: Flavi Ferreira Lisbôa Filho

COORIENTADORA: Débora Flores Dalla Pozza

O presente estudo trata das representações da mulher negra em dois episódios do programa Nação da TVE RS. Sendo o Nação voltado para a autoestima e fortalecimento das identidades da população negra, pretende-se analisar de que forma a identidade da mulher negra é nele representada, além de compreender como a TVE se organiza enquanto emissora pública e verificar quais são os sentidos materializados nos episódios selecionados acerca da identidade da mulher negra. A partir disso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões voltadas a questões de gênero e raça em veículos de comunicação pública. Além disso, acredita-se que o estudo pode ser uma relevante contribuição para os estudos na área da comunicação, como mais um instrumento de reflexão sobre as lutas negras. Para tanto, desenvolveu-se um análise cultural-midiática orientada pelos Estudos Culturais inspirado no Circuito da Cultura de Du Gay (1997), combinado com a análise textual, de Casetti e Chio (1999), para construir um protocolo analítico específico para a pesquisa. Neste percurso, procurou-se contemplar as instâncias culturais do Nação como “regulação”, “produção” e elementos da “representação” – história, cenas, textos verbais e sujeitos – para assim chegar a representação da mulher negra. Os resultados encontrados apontam que os episódios do Nação geram sentidos que contribuem significativamente para a identidade do telespectador. Além disso, os episódios selecionados procuram evidenciar uma pluralidade de representações acerca das mulheres negras.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Comunicação; Mulher negra; Programa Nação; TVE RS

ABSTRACT

REPRESENTATIONS OF THE BLACK WOMAN: AN ANALYSIS OF THE TVE RS NATION PROGRAM

The present study deals with representations of the black woman in two episodes of the TVE RS Nation program. Being the Nation focused on the self-esteem and strengthening of the identities of the black population, we intend to analyze how the program represents the identity of the black woman, besides understand how the TVE organizes itself as a public broadcaster and to verify which are the materialized senses in the selected episodes about the identity of the black woman. Based on this, this research is justified by the need to broaden discussions on issues of gender and race in public communication vehicles. In addition, it is believed that this study can be a relevant contribution to studies in the area of communication, as another tool for reflection on black struggles. In order to do so, a cultural-mediatic analysis was developed guided by the Cultural Studies inspired by the Cultural Circuit of Du Gay (1997), combined with the textual analysis, by Casetti and Chio (1999), to construct a specific framework for the research. In this way, we tried to contemplate the cultural instances of the Nation as “regulation”, “production” and elements of the “representation” - history, scenes, verbal texts and subjects - to define the representation of the identity of the black woman. The results show that the representations of black woman in the episodes generate meanings that contribute significantly to the identity of the viewer. In addition, the selected episodes seek to evidence a plurality of representations about black women.

Keywords: Cultural Studies; Communication; Black woman; Nation Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Circuito da Cultura	47
Figura 2 – Percurso Metodológico para Análise	52
Figura 3 – Abertura do Nação: Mapa da África, Brasil e África e Sujeito Negro	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESTUDOS CULTURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS	15
1.1 ESTUDOS CULTURAIS: LEGADO HISTÓRICO	15
1.2 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO	18
1.3 ESTUDOS CULTURAIS: PESQUISAS DE GÊNERO E RAÇA	22
2 IDENTIDADE NEGRA	28
2.1 IDENTIDADE NEGRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E RELAÇÕES DE GÊNERO ...	28
2.2 REPRESENTAÇÃO NEGRA NA TELEVISÃO	34
2.3 REPRESENTAÇÃO NEGRA NA TV PÚBLICA	38
3 PERCURSO METODOLÓGICO	42
3.1 <i>CORPUS</i> DO ESTUDO	42
3.2 ANÁLISE CULTURAL-MIDIÁTICA	44
3.2 CIRCUITO DA CULTURA DE DU GAY	45
3.4 ANÁLISE TEXTUAL	48
3.5 ANÁLISE DESCRITIVA-INTERPRETATIVA DO <i>CORPUS</i>	50
4 REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO NAÇÃO	52
4.1 DESENVOLVIMENTO DA NARRATIVA	59
4.2 CENAS DE TRANSIÇÃO	60
4.3 MULHERES NEGRAS	66
4.4 CONTEÚDO DAS APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS	69
4.5 AS REPRESENTAÇÕES DOS PROCESSOS DE IDENTIDADE DA MULHER NEGRA NOS EPISÓDIOS DO NAÇÃO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha¹ vivência enquanto mulher negra acostumei-me com a ausência da minha população em posições de poder e influência, como por exemplo, na produção de conhecimento, no mercado de trabalho e nos meios de comunicação. No momento que iniciei a militância no movimento negro e, principalmente, na luta das mulheres negras, essas ausências se tornaram desconfortos e os desconfortos se transformaram em questionamentos. Nascer com a pele negra é um chamado à resistência, e é por isso que se torna indispensável estudos voltados à promoção e à valorização da população negra.

Após conquistar a liberdade, no final do século XIX, não recebemos reparo que resultasse na emancipação social e a minha população se viu obrigada a se firmar longe dos espaços centrais das cidades. Com todo o racismo institucional e estruturado, negras e negros têm sido excluídos da sociedade e criminalizados no país. À medida que adentrei esses espaços de discussão, percebi que o mito da democracia racial brasileira até hoje persiste na indústria do cinema e da telenovela, descaracterizando socialmente o sujeito negro. Por conta da dupla opressão (de gênero e raça), para as mulheres negras o reconhecimento da própria identidade nas representações produzidas a partir dos programas de televisão, como novelas, comerciais e telejornais é bem difícil. Embora, ao longo dos últimos anos, essa problemática venha mudando, em decorrência da ação do movimento negro e do empoderamento das mulheres e homens negros, o avanço ainda é pequeno no contexto da televisão brasileira.

Ao iniciar a pesquisa, embora eu tenha encontrado estudos referentes às representações da mulher negra no campo da Comunicação, nenhuma das propostas verificadas discutiu esta problemática no segmento da TV pública. A emissora pública surge como um instrumento de disseminação de conteúdos educativos que fomentam debates sobre diversas áreas temáticas, como política, cultura e cidadania. No *relatório Public Broadcasting: Why? How?* publicado em 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO, 2000) apontou que um dos princípios fundamentais que devem guiar a radiodifusão pública é a diferenciação:

Não é apenas uma questão de produzir o tipo de programas que os outros serviços não estão interessados em produzir, visando audiências negligenciadas ou lidando com assuntos ignorados pelas outras mídias. É uma questão de fazer as coisas de forma diferente, sem exclusão de qualquer gênero. Este princípio deve conduzir emissoras públicas para inovar, criar novas faixas horárias, gêneros novos, definir o ritmo do mundo audiovisual e trazer outras redes de radiodifusão na sua esteira.

¹ Peço licença para utilizar a primeira pessoa do singular, pois a mesma está em consonância com as minhas vivências como mulher negra e minha experiência na militância no movimento de mulheres negras.

Nesse sentido, a TV pública regional produz uma grade de programação voltada às demandas locais, sendo assim um ambiente de identificação e pertencimento para seu público alvo. Quando se trata da população negra, em tese, as emissoras públicas seriam um cenário ideal para a representação da mesma, já que estas pautas geralmente não têm espaço significativo em emissoras comerciais. Mas será que é isso que realmente acontece? A mulher negra tem espaço na TV pública? A partir dessas inquietações foi escolhida a TVE RS, uma emissora pública do Rio Grande do Sul que juntamente com a FM Cultura, pertence à Fundação Piratini, da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Recentemente, no final do ano de 2016, o governo de José Ivo Sartori (PMDB) anunciou a extinção da Fundação Piratini, gestora do canal, tornando o futuro da emissora ainda incerto.

Como parte integrante do estudo, considero importante a reflexão acerca do futuro da TVE, uma vez que ao longo da história, a emissora procurou qualificar um perfil de TV pública, ampliando assim, as temáticas culturais e informativas. Como canal aberto², a emissora também garante o acesso a diversos segmentos de audiência e reforça a importância deste debate, por ter na grade programas produzidos por e para a população negra. A extinção da Fundação Piratini deixa uma lacuna no que tange à cultura do estado, posto que finda com uma programação há 43 anos consolidada, ao mesmo tempo em que silencia diversas vozes que não têm espaço em emissoras comerciais. Desse modo, a escolha pelo programa Nação foi uma forma de trazer para as produções científicas a discussão e as vozes dessa fração da população, que tem seu espaço assegurado em emissoras como a TVE RS.

O Nação é um programa com a intenção de compor episódios específicos da história, cultura e diáspora africana no Rio Grande do Sul e no Brasil, para corrigir a imagem de que no estado e no país não houve uma herança e contribuição expressiva da população negra. A partir disso, o Nação se propôs a ressignificar a história do negro na cultura gaúcha e brasileira. Além de produções originais, o programa apresenta ainda documentários, filmes e espetáculos que tenham a negritude como tema central. Dessa forma, o desenvolvimento do presente estudo tem como tema a identidade da mulher negra na mídia, com delimitação à representação dos processos identitários da mulher negra na TVE RS.

Para solucionar de que forma se dá esta representação no programa Nação, foram escolhidos os episódios “Especial Mulheres Negras” e “Mulheres Negras”, já que estão focados em pautas e discussões que permeiam a vida das mulheres negras. O primeiro episódio, lançado

² Disponível em <<http://www.tve.com.br/sintonize-a-tve-em-sua-cidade/>> Acesso em 16 abr. 2017.

em 2013, narra a história de duas personagens do livro “Mulheres Negras na Primeira Pessoa” organizado pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e o segundo episódio, publicado em 2015, traz uma repaginação do primeiro, a partir da mobilização da Marcha das Mulheres Negras 2015, enfocando em elementos da identidade da mulher negra, como traços fenotípicos, religião, corpo e africanidades.

Assim, o objetivo geral do estudo apresentado é analisar em que aspectos culturais os dois episódios selecionados do programa Nação da TVE RS processam a representação da mulher negra. Como objetivos específicos estão: a) investigar o papel de ação social que a TV pública regional assume, por meio do Nação – quando se propõe a ser um segmento voltado a conteúdos educativos e com diversidade étnica e racial; b) compreender os sentidos materializados pelo programa, considerando as instâncias culturais de regulação, produção e representação; c) por fim, verificar como as representações de identidade da mulher negra no programa, enquanto texto audiovisual, contribuem para a ratificação ou questionamento de identidades estruturadas.

Para o avanço da pesquisa foi fundamental elaborar quatro capítulos. O primeiro, “Estudos Culturais: contribuições teóricas”, leva em consideração o legado histórico dessa perspectiva, o desenvolvimento dos estudos de gênero e raça e conceitos fundamentais para o entendimento do estudo, como identidade e representação. Dessa forma, os principais autores utilizados como base para essa conceituação foram Williams (1969) Escosteguy (2006), Woodward (2009) e Hall (2008). Posteriormente, no capítulo dois, “Identidade Negra”, são percorridos aspectos históricos, as relações de gênero e a representação dos processos identitários das negras e negros na televisão e no segmento da TV pública. Para fundamento teórico desta seção foram utilizados o Geledés – Instituto da Mulher Negra (fundado em 1988) para debater acerca do contexto histórico e também sobre as demandas das mulheres negras; Joel Zito Araújo (2004) a fim de traçar um percurso sobre a representação da população negra na televisão e o conceito de “estereótipos” de Hall (2010), para entender como a representação se forma e, no caso das negras e negros, o processo da diferenciação.

O capítulo 3, “Percurso metodológico”, leva em consideração o campo dos Estudos Culturais e a proposta de análise cultural-midiática, fundamental para desenvolver uma interpretação crítica sobre a representação da mulher negra na TV pública. Desenhou-se assim, um percurso inspirado pelo circuito da cultura de Du Gay (1997), utilizando as dimensões da regulação, produção, representação e identidade, em consonância com a análise textual proposta por Casetti e Chio (1999), sobretudo a partir da história (desenvolvimento da narrativa),

cenários (elementos de transição e sonoridades), sujeitos (mulheres negras) e textos verbais (falas e discursos).

No quarto capítulo, dedicado aos resultados, são analisados os episódios “Especial Mulheres Negras” e “Mulheres Negras”, a partir de uma análise descritiva e interpretativa do *corpus*, em que são investigados os sentidos propostos, pelo viés da análise cultural-midiática.

Deste modo, a pesquisa “As representações de identidade da mulher negra: uma análise do programa Nação da TVE RS” procede no sentido de trazer um panorama da participação das mulheres negras no âmbito das representações televisivas. Para o campo da Comunicação, o estudo se torna ainda mais relevante por toda a dimensão social que a área abrange. A televisão, como veículo de informação, educação e entretenimento que chega a uma grande quantidade de receptores ao mesmo tempo, precisa ampliar a discussão da representação étnico-racial, uma vez ainda que os meios de comunicação funcionam como parte ativa de uma sociedade complexa e dinâmica.

Pensar criticamente a representação negra nestes meios é compreender, reconhecer e valorizar a real contribuição de outros povos para a composição social do país. Além disso, instigar reflexões sobre isso se torna uma ferramenta militante para romper a visão colonizadora, ainda muito presente nos estudos científicos e combater o racismo institucionalizado no campo da Comunicação. Para além dessa colaboração, minha intenção no desenvolvimento deste trabalho também é construir uma reflexão que sirva de empoderamento e fortalecimento da identidade da mulher negra. Neste sentido, para Hall (2003, p. 213) “(...) qualquer pessoa que se envolva seriamente nos estudos culturais como prática intelectual deve sentir, na pele, sua transitoriedade, sua insubstancialidade, o pouco que consegue registrar, o pouco que alcançamos mudar ou incentivar à ação”, para reforçar que a teoria precisa ser vista como “prática que pensa sempre a intervenção num mundo em que faria alguma diferença, em que surtiria algum efeito. Enfim, uma prática que entende a necessidade da modéstia intelectual” (HALL, 2003, p. 217).

1. ESTUDOS CULTURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Na primeira seção deste estudo é trazido um panorama geral acerca da trajetória da perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Culturais – EC. Essa subdivisão foi essencial para a construção deste estudo como um todo, principalmente por se tratar da temática da negritude. Assim, notoriamente, não se pode desconsiderar a relevância cultural e política que esta pesquisa apresenta, quando alinhada ao pensamento crítico dos EC, e a valiosa colaboração que esta perspectiva oferece no desenvolvimento da análise.

Além disso, o presente capítulo reúne conceitos importantes para a compreensão do estudo, como as noções de identidade e representação, a partir da concepção de autores dos Estudos Culturais. Outro importante fracionamento integrado nesta seção é a questão dos marcadores sociais de gênero e de raça e etnia; expondo a trajetória dessas questões sociais no âmbito dos EC e as formas como se refletem nos estudos da contemporaneidade.

1.1 ESTUDOS CULTURAIS: LEGADO HISTÓRICO

A perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Culturais surgiu na Inglaterra, no final da década de 1950, sob o contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, em um cenário de transformações e de luta de classes e, neste sentido, tem marco teórico no pensamento marxista. Estimulado pela pesquisa *Uses of Literacy* (1957), Richard Hoggart fundou o *Centre for Contemporary Cultural Studies - CCCS*, em Birmingham, na Inglaterra. O foco do CCCS consistia nas relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, perpassando as formas e práticas culturais e as mudanças sociais da época. Portanto, os Estudos Culturais se tornaram um movimento teórico-político que entende a cultura não apenas a partir da significação elitista e erudita, comum nos estudos teóricos da época, mas principalmente sob a perspectiva da cultura de classes operárias, ou seja compreende-se as produções das camadas populares em termos de modo de vida, manifestações sociais e artísticas, entre outras práticas, como cultura.

Ao pensar o surgimento dos Estudos Culturais, três são os textos considerados precursores desta perspectiva: *The Uses of Literacy* (1957) de Richard Hoggart, *Culture and Society* (1958) de Raymond Williams e *The Making of English Working-class* (1963) do Edward Thompson.

[The uses of Literacy] é em parte autobiográfico e em parte história cultural do meio do século XX. *Culture and Society* constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a ideia de que a "cultura comum ou ordinária" pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música. E *The Making of English Working-class* reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular - a história "dos de baixo". (ESCOSTEGUY, 2006, p.1)

Todos os três textos trazem como tema o consumo cultural da classe operária inglesa e a partir dessa perspectiva, conseguiram elaborar publicações que auxiliaram na manutenção do CCCS. Para o estudo aqui desenvolvido, é mais adequado partir de *Culture and Society*, de Raymond Williams, uma vez que se propõe, primeiramente, a compreender e reexaminar a cultura em que estava inserido e, ao longo do seu trabalho, manter relação constante com a esfera da comunicação. Nele, Williams (1969) mostra que a cultura é uma categoria chave que relaciona tanto a análise literária quanto a investigação social e, embora, para ele o eixo principal dos Estudos Culturais esteja nos sistemas de significações, são as práticas e as produções culturais manifestas que os fundamentam.

(...) por vivermos uma cultura em expansão, despendemos muito de nossa energia lamentando esse fato, em vez de buscar compreender-lhe a natureza e as condições. Creio que uma ampla revisão de fatos relativos à nossa história cultural torna-se necessária e urgente em matérias tais como alfabetização, níveis educacionais e imprensa. (WILLIAMS, 1969, p.12)

Para Escosteguy (2010), os Estudos Culturais tratam-se de “um campo de estudos em que diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea, constituindo um trabalho historicamente determinado” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 34). Williams (2007), ao falar da multidisciplinaridade dos Estudos Culturais, reforça:

É particularmente interessante que, na arqueologia e na antropologia cultural, a referência à cultura ou a uma cultura aponte primordialmente para a produção material, enquanto na história e nos estudos culturais a referência indique fundamentalmente os sistemas de significação ou simbólicos. Isso confunde amiúde, mas, ainda mais frequentemente esconde a questão central das relações entre produção "material" e "simbólica" (WILLIAMS, 2007, p. 122).

Nesse sentido, embora as perspectivas entre a Arqueologia e Antropologia se diferem da História e dos Estudos Culturais, a cultura abrange a mediação entre o simbólico, o discursivo e o material, uma vez que estas estão permeadas por relações sociais e de poder. Escosteguy (1998) focaliza ainda à produção de sentido: “O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como, o desprendimento do sentido de cultura

da sua tradição elitista para as práticas cotidianas” (ESCOSTEGUY, 1998, p.90). Dessa maneira, a crítica assume papel central “bem como sua conexão com causas políticas” (JOHNSON, 2010, p. 16). O autor destaca ainda que as discussões advindas do movimento de mulheres e das lutas contra o racismo, além dos múltiplos discursos e conjunturas, tiveram relevante contribuição para a formação desta teoria.

Considerando isso, para o estudo proposto, que apresenta um caráter intelectual e político, é fundamental ponderar a crítica como eixo central, principalmente pela complexidade e cuidado que a temática exige. Visto que se trata de um estudo com recorte de raça e gênero bem determinados – processo de representação³ da mulher negra no contexto de uma TV Pública Regional. Para os Estudos Culturais, a identidade está relacionada ao conceito de representação e é por meio dos sentidos e significados produzidos através das representações que se constrói a percepção a tudo que está ao redor. Para Johnson (2010),

As representações públicas podem também agir sob formas mais abertamente punitivas ou estigmatizantes. Nessas formas, os elementos da cultura privada são vistos como pouco autênticos ou racionais e construídos como perigosos, desviantes ou excêntricos. De forma similar, as experiências dos grupos sociais subordinados são apresentadas como patológicas, como problemas que exigem uma intervenção não na organização da sociedade como um todo, mas nas atitudes ou nos comportamentos do próprio grupo que as sofre. (JOHNSON, 2010, p. 50)

O contexto em que a população negra está inserida desde o período pós-colonização, não permitiu uma real melhoria na condição social deste grupo. Assim, essa população foi marginalizada e passou à condição de minoria⁴, pois “são bastante diferentes para serem completamente agregados à direção de uma sociedade” (SANTOS, 2004, p. 53). No entanto, ao longo dos anos se construiu no imaginário que o Brasil é o país da democracia racial ainda que a organização estrutural da sociedade confira ao negro o papel de subalterno, existe um discurso em que se nega e suaviza as manifestações de preconceito e racismo no país

O mito da democracia racial produz uma série de significações e sentidos sobre a população negra e legitima a invisibilidade deste grupo social. Por exemplo, por si só a pouca presença do negro nos meios de comunicação é um exemplo de que a ideologia da democracia racial é um mito. Segundo Williams (1969) a comunicação é um elemento crucial no estudo da cultura, porque é a linguagem que está na base da definição dos seres humanos, assim, um

³ É importante destacar que a utilização da palavra “representação” no singular, ao longo do estudo, refere-se ao processo em si. Por vezes ela também é usada no plural por considerar as materializações plurais e as diversas formas em que o processo de representação se efetiva.

⁴ O conceito de minoria adotado trata-se “de uma tomada de posição contra-hegemônica (...) a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações” (SODRÉ, 2005, p. 14).

modelo cultural que privilegia a visão eurocêntrica cria no imaginário social o sujeito branco como padrão universal. Williams (2000, p.208, grifo do autor) diz ainda que “a organização social da cultura, como um *sistema de significações realizado*, está embutida numa série completa de atividades, relações e instituições das quais apenas algumas são manifestamente 'culturais'”.

Dessa forma, percebe-se que o processo de sentidos e significados presentes na organização social da cultura se torna um definidor de relações de poder, uma vez que privilegia algumas “manifestações culturais” em detrimento de outras. Ao pensar esta afirmativa e relacionando-a ao estudo apresentado, os textos presentes nos meios de comunicação são responsáveis pela criação de sistemas estruturais simbólicos que, muitas vezes, apenas reforçam a estigmatização do povo negro.

1.2 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

Ao iniciar este estudo é importante trazer os conceitos-chave de identidade e representação, de forma a melhorar o entendimento destas concepções, para então analisar o objeto proposto. Quando se fala sobre identidade, não se pode desconsiderar os processos históricos e individuais dos grupos sociais, a partir do contexto e a condição social que se tem. Para Castells (1999 *apud* LISBOA FILHO, 2013, p.2):

As identidades são sempre construídas, valendo-se de elementos da história, da geografia, de instituições e memórias coletivas, organizações e aparatos de poder, da religião ou outros elementos culturais, que são processados e reinterpretados pelos indivíduos e grupos sociais, construindo seus significados.

Lisboa Filho (2013) considera que a identidade está relacionada com a maneira de ser de um sujeito e pode se renovar a partir de práticas sociais, políticas, educacionais e, principalmente, culturais. A identidade, ao longo do tempo, pode ser construída a partir de elementos adquiridos, que nos identificam diante de um grupo e nos diferenciam de outros. O processo de construção e manutenção de uma identidade leva em consideração o contexto em que determinado indivíduo está inserido, mas ao mesmo tempo não está condicionado a ele. Apesar do contexto ter uma influência significativa no processo de construção de identidade, as características variam também conforme a própria história pessoal. Seguindo esta perspectiva, Hall (2006, p. 12) argumenta que “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas

de várias identidades”, isso reforça as mudanças estruturais e institucionais do processo de identificação, no momento em que esta estratégia se torna mais variável.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas, pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...) o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Hall (2006) afirma ainda que a medida em que os sistemas de significações vão sendo desenvolvidos pelas representações culturais, as identidades vão se multiplicando e se ressignificando entre si. Em consonância, Woodward (1999) enfatiza que as identidades se fortalecem e adquirem sentidos e significações através da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são configuradas. Assim, a identidade está vinculada também a processos sociais e materiais. Ao pensar a identidade da população negra, por exemplo, precisa-se considerar o contexto da diáspora⁵ para o Brasil, na condição de escravizado. Ao longo dos anos, simbolicamente esse grupo foi sendo marginalizado e invisibilizado, gerando então, um processo social de exclusão e conseqüentemente, de desvantagens de ordem material também.

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (...) (WOODWARD, 1999, p.18-19)

Nesse sentido, as práticas sociais de significação estão atreladas às relações de poder. A dualidade reconhecimento/diferença, pelo qual todo o processo de identidade passa, reforça certas características de um grupo em detrimento de outro. Assim, pressupõe-se que a identidade surge através de um sistema simbólico que fornece sentido “à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados” (WOODWARD, 1999, p. 19).

É necessário, assim, pensar a identidade como um processo de identificação que é construída através das relações sociais, materiais e simbólicas. Seguindo a concepção de que a

⁵ O conceito de diáspora aqui utilizado tem por base, sobretudo as proposições de Stuart Hall (2013) e Paul Gilroy (2012), que consideram diáspora como “movimentação”, mas no caso da diáspora africana, não ignora todo o aspecto conflituoso e violento dessa migração. Além disso, o conceito de diáspora, que será utilizado ao longo do trabalho, está fundado a partir da “construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2008, p. 32).

formação da identidade está agrupada ao ato de “reconhecer-se” ao outro, é possível aproximar este conceito com o de representação.

Assim como a identidade coletiva leva em consideração um contexto marcado por relações de poder – já que “quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo” (CASTELLS, 1999, p. 23-24) –, alguns autores relacionam o conceito de representação através da articulação texto/contexto. Assim:

Todo fato histórico – e, como tal, fato passado – têm uma existência lingüística, embora o seu referente (o real) seja exterior ao discurso. Entretanto, o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar se os historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que não seja uma representação (MAKOWIECKY *apud* PESAVENTO, 2013, p. 6).

Além da relação com o contexto histórico, o conceito de representação nas Ciências Humanas, para Ginsgurb (2001), tem um significado inexato já que de uma forma se relaciona a realidade apresentada, rememorando assim a ausência, de outra maneira, ao expor esta realidade representada, sugere também a presença, sendo então, a “representação” ao mesmo tempo ausência e presença. Dessa forma, Woodward (1999), reforça que são as representações que dão sentido à nossa experiência, uma vez que:

A representação [...] inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar. A representação, compreendida como processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...] (WOODWARD, 1999, p.17).

Em consonância com a autora, Silva (1999) reforça que a representação é um sistema lingüístico e cultural que está diretamente ligado as relações de poder. Por esse ângulo, é necessário associar os sistemas de representações com a identidade, uma vez que eles conferem sentidos à identidade. Silva (1999, p. 91) afirma ainda que “é por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença, significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”.

Para Silva (1999), a representação atribui sentidos e dessa forma, se conecta a identidade a diferença.

A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: "essa é a identidade", "a identidade é isso". É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade (SILVA, 1999, p. 91).

Neste sentido, uma das formas de criar processos de significação e sentidos simbólicos é através dos meios de comunicação. Pensando a televisão – canal comunicativo em que o corpus do estudo se inscreve – os modos de produção incluem textos imagéticos e sonoros em movimento, carregados de significados e sentidos, que contribuem de forma direta com a identificação dos telespectadores e reforça a criação do sentimento de pertença. Henriques (2014, p. 8) afirma que “a mídia televisiva, para os Estudos Culturais, corresponde a um dos principais locais dos quais a cultura circula e é produzida”.

Assim, é essencial considerar essa afirmativa sob a luz do contexto histórico de marginalização a que a população negra foi imposta. O período pós-escravocrata não concedeu uma reparação histórica e social que conferisse uma condição digna no contexto da sociedade. Para Milton Santos (1996), o modelo nacionalista no Brasil é herdado da escravidão; tanto no que concerne ao cultural quanto ao político. Por isso, a “escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país”. (SANTOS, 1996, p. 135)

O reflexo da marginalização da população negra no Brasil é marcado até hoje não só nas relações sociais do país, mas também na invisibilidade midiática. As representações do negro nos meios de comunicação de massa no Brasil ainda são carregadas por estigmas e estereótipos. Para Santos (2004), a indústria cultural se fundamenta no ideal do branqueamento, privilegiando a imagem euro-norte-americanizada nos meios de comunicação. Então, o negro ainda “não conseguiu, até hoje, levar à produção na televisão brasileira uma quantidade significativa de imagens e programas que apresentem seus valores, experiências e a importância do grupo para o país”. (SANTOS, 2004, p. 21-22)

Ao longo dos anos, se reforçou a ideia do negativo a tudo aquilo que se refere à identidade negra, por isso que o aporte teórico dos Estudos Culturais para este trabalho se torna tão necessário. Segundo Aguiar e Silva (2008), os EC centram a atenção nos estudos étnicos, pós-coloniais, comunicacionais, antropológicos e feministas, sendo as pesquisas de gênero e raça necessárias na solidificação do CCCS. Além disso, para este trabalho, a perspectiva dos EC e os recortes de raça e gênero conferem um discurso essencial de resistência, tanto cultural quanto acadêmica e política.

1.3 ESTUDOS CULTURAIS E AS PESQUISAS DE GÊNERO E RAÇA

Os primeiros estudos de gênero no *Centre for Contemporary Cultural Studies* iniciaram na década de 70. Para Hall (2008), o feminismo não teve uma data certa para adentrar aos EC, mas foi determinante para inúmeros projetos teóricos e também para a consolidação e institucionalização dos Estudos Culturais. As pesquisas voltadas ao feminino ganharam espaço ao evidenciar as diferenças de gênero, através da perspectiva de resistência.

Apesar dos estudos feministas só terem alcançado visibilidade em 1978, na publicação da primeira coleção *Women Take Issue*, do CCCS, Ana Carolina Escosteguy (1998) demarca que a obra *A Thief in the night: stories of feminism in the 1970's at CCCS*, de Charlotte Brunsdon (1996), já havia nomeado textos de importância produzidos no Centro a partir de 1974. Circulando de forma mimeografada, o primeiro deles foi intitulado de *Images of Women* (1974) e trazia trabalhos das feministas Helen Butcher, Rosalind Coward, Marcella Evaristi, Jenny Garber, Rachel Harrison e Janice Winship. (MESSA, 2008, p. 23)

Segundo Escosteguy (2001, p.23), com o suporte dos Estudos Culturais, os estudos feministas pareciam ter “encontrado um amplo espaço de discussão e colaboração”, porém, na década de 1970, foram poucos os trabalhos feministas que receberam reconhecimento, muito pela dominação patriarcal na composição estrutural do CCCS, como o próprio Hall (2003, p. 249) declarou na época “Ser alvejado como ‘inimigo’, como a figura patriarcal principal, me colocava numa posição contraditória insuportável. É claro que as mulheres tiveram que fazer isso. Tinham que nos calar, essa era a agenda política do feminismo”.

Porém, apesar da dualidade de perspectivas,

Tanto os estudos culturais, quanto a teoria feminista, nasceram fora da academia - nos contextos sociais, educacionais e políticos -, não sendo institucionalizados e tendo muita dificuldade para serem aceitos no meio Acadêmico. Além disso, ambos se dedicavam aos grupos oprimidos e marginalizados e foram alvos de críticas ao declarar não existir conceitos e teorias que dessem conta desse objetivo (GRAY *apud* MESSA, 1998, p. 5).

Ainda nos anos 1970, ao ser lançado o primeiro volume do livro *Women Take Issue*, continha entre as publicações o texto *A Woman's World: Woman – An ideology of Femininity*, de Janice Winship que apresentava uma análise acerca da teoria e das ideologias femininas, argumentando que

(...) os prazeres femininos são construídos de acordo com as fantasias e desejos masculinos. As mulheres magras estampadas nas capas das revistas femininas são o ideal masculino, não o feminino de beleza. O homem, mesmo quando não está presente, impõe sua dominação (ESCOSTEGUY, 2008, p. 43).

Para Escosteguy (2008) texto de Winship até hoje é considerado um dos precursores na abordagem da mídia como forma cultural. As pesquisas da autora sobre revistas femininas e publicidade, ao longo da década, tentaram compreender o lugar da mulher no cenário social, de forma a empenhar-se em ressignificar o feminino.

Nos anos seguintes, os Estudos de Gênero, focalizando a mulher, se transformaram em um campo em expansão. Na década de 80, muitos dos que “se formaram no CCCS deslocaram-se para diversos países para dar aulas, internacionalizando a problemática e alastrando o seu alcance” (ESCOSTEGUY, 2008, p. 44). As revistas femininas ganharam um papel de destaque como objeto de estudo para diversas autoras da época. Angela McRobbie, escreveu a obra *Jackie: An Ideology of Adolescent Femininity* (1982) em que fazia uma análise da cultura popular voltada para meninas adolescentes. Uma das conclusões que ela encontrou na realização deste estudo foi que “os códigos conotativos da revista, por exemplo, diziam que ser morena significava ‘problema’”. (ESCOSTEGUY, 2008, p. 45)

Outra autora ainda, Dorothy Hobson, também dedicou suas pesquisas para analisar a mulher em meios de comunicação.

O principal mecanismo de identificação destas mulheres com a *Soap Opera* é a negociação e resolução dos conflitos e dilemas diários pelas personagens, forma com que, na verdade, estes programas perpetuam uma ideologia de feminilidade. Em seu estudo posterior, *Soap Operas at work* (1989), a autora [Hobson] investigou o modo como ver *Soap Opera* contribui para as relações interpessoais da mulher operária e para a cultura nos seus locais de trabalho. Segundo Hobson, falar sobre o que aconteceu na novela no dia anterior é uma rotina durante o trabalho. (ESCOSTEGUY, 2008, p. 46)

Ao longo dos anos 90, os Estudos Culturais já estavam institucionalizados. Nesta fase, as pesquisas voltadas a questões de gênero já estavam bastante difundidas. Outros nomes começaram a surgir, como Judith Hole, Ellen Levine, Laura Mulvey que dedicaram trabalhos complementares voltados a *Soap Opera*⁶, fazendo uma relação da cultura popular com as relações de trabalho. Nesta perspectiva, os estudos de gênero balizaram uma nova estrutura discursiva, fortalecida, principalmente, pela nova posição da identidade feminina. Além disso, esse processo considerou o contexto histórico em que essas mulheres estavam e reforçou a necessidade de problematizar estes espaços.

Para Escosteguy (2001) os estudos de recepção tornaram essas questões centrais:

⁶ Apesar de ter o mesmo formato, as novelas norte-americanas se diferenciam das brasileiras principalmente pelo tempo de duração. Uma novela, no Brasil, é diária e dura em média seis meses. Nos Estados Unidos, elas são semanais e não existe um prazo de encerramento, podendo durar anos.

Questões como raça e etnia, o uso e a integração de novas tecnologias como o vídeo e a TV, assim como seus produtos na constituição de identidades de gênero, de classe, bem como as geracionais e culturais, e as relações de poder nos contextos domésticos de recepção, continuam na agenda, principalmente das análises de recepção (ESCOSTESGUY, 2001, p. 37).

Os estudos de recepção fortaleceram outras perspectivas de estudo, como as relacionadas à raça, incorporada nos Estudos Culturais após reivindicações de autores e autoras negras. Quando surgiram os EC, tratava-se de uma tradição voltada principalmente para as relações teóricas e políticas da cultura popular e da classe operária. Ao passar dos anos, assim como a especificidade do marcador de gênero, outras diferenças sociais foram reconhecidas, e conseqüentemente, se tornaram objeto de pesquisa, como as relações étnico-raciais, tendo como marcos fundamentais para a consolidação desta área de estudos, os trabalhos de Stuart Hall, W. E. B. DuBois, Cornel West, Bell Hooks, entre outros (GILROY, 2012).

Apesar dos EC ser uma perspectiva voltada “às minorias”, na Inglaterra os trabalhos de intelectuais negros não receberam o devido reconhecimento que ofereciam. Paul Gilroy, entre autores dos Estudos Culturais afro-americanistas contemporâneos, escancara essa discussão em sua obra *O Atlântico negro* (2012),

As histórias dos estudos culturais raramente reconhecem como as aspirações politicamente radicais e francamente intervencionistas, encontradas no melhor de sua erudição, já estão articuladas à história e às teorias culturais negras. Raramente se percebe esse elo ou a eles se atribui algum significado. Na Inglaterra o trabalho de personalidades como C.L.R. James e Stuart Hall oferece uma riqueza de símbolos e evidências concreta para ligações práticas entre esses projetos políticos críticos. Nos Estados Unidos, a obra de estudiosos intervencionistas como Bell Hooks e Cornel West (...) aponta para convergências semelhantes. A posição desses pensadores nas contestadas “zonas de contato” entre culturas e histórias não é, porém, tão excepcional quanto poderia a princípio parecer (GILROY, 2012, p. 41).

Gilroy (2012) constrói uma crítica o olhar nacionalista e etnocêntrico dos Estudos Culturais ingleses e afro-americanos sob um olhar nacionalista e etnocêntrico. Além disso, o autor se opõe a falácia de que a cultura decorre no limiar do Estado-nação. Santos (2002) reforça ainda que, do ponto de vista de Gilroy, “a relação entre nacionalidade e etnia foi apoiada retoricamente pelo inclusivismo cultural que enfatiza o sentido absoluto da diferença étnica entre os indivíduos em detrimento das suas experiências social e histórica” (SANTOS, 2002, p. 276).

Neste sentido, Gilroy (2012) aprofunda a crítica, reforçando que as doutrinas europeias são configuradas “pelo apelo à particularidade nacional e, muitas vezes, à particularidade

racial” (GILROY, 2012, p. 44), sendo as noções de raça, etnia e nacionalidades uma importante linha de estudo aos EC ingleses.

Estes estilos de subjetividade e identificação adquire uma renovada carga política na história pós-imperial, que assistiu aos negros vindos das colônias britânicas assumirem seus direitos de cidadania como súditos do Reino Unido. O ingresso dos negros na vida nacional foi, em si mesmo, um fator poderoso que contribuiu para as circunstâncias nas quais se tornou possível a formação tanto dos estudos culturais como da política dita Nova Esquerda. (GILROY, 2012, p. 48)

Ao mesmo tempo em que a reinserção do negro no Reino Unido assinala transformações profundas nas práticas culturais e no modo de vida social britânico, permanece, de um modo geral, não reconhecido e valorizado. Segundo Gilroy (2012), essa movimentação de negros e negras da época concedeu maneiras valiosas de pensar através do discurso e da noção de “raça⁷”, sendo uma condição central na vida política inglesa, porém não tiveram visibilidade. Assim, é necessário ressaltar que para as mudanças sociais acontecerem se torna importante passar também pelo arcabouço da teoria.

Santos (2011) afirma que o conceito de “raça” era inexistente em diferentes culturas da Europa, antes de meados do século XVII, “as oposições e assimetrias mais importantes entre europeus e povos não europeus inicialmente não se baseavam na noção biológica de ‘raça’, e sim nas filiações religiosas de cada um” (SANTOS, 2011, p. 3). A diferenciação da cor da pele passou a ter relevância na transição do século XVII para o século XVIII, uma vez que a industrialização “permitiu” o expansionismo e a partir deste, a conquista de outros povos. Neste momento, os negros africanos passaram a ser “considerados os mais atrasados dentre os outros, bárbaros, rudes, desprovidos de qualquer racionalidade” (SANTOS, 2011, p. 3), surgindo assim a necessidade de diferenciação.

É significativo que, antes da consolidação do racismo científico no século 19 o termo “raça” fosse empregado quase no mesmo sentido em que a palavra “cultura” é empregada hoje. Mas, nas tentativas de diferenciar o verdadeiro, o bom e o belo que caracterizam o ponto de junção entre capitalismo, industrialização e democracia política e dão substância ao discurso da modernidade ocidental, é importante considerar que os cientistas não monopolizaram a imagem do negro ou conceito emergente de diferença racial biologicamente fundada. (GILROY, 2012, p. 43)

⁷ Em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), o Brasil passou a ter mudanças bastante significativas no que concerne à opressão racial. Assim, as políticas de combate ao racismo institucional no país, requisitadas pelo MNU, permitiu a popularização do termo “negro” como uma identidade política. Posta esta explicação, ressaltamos que é nesse sentido que o termo “raça” é utilizado ao longo deste estudo, assumindo um caráter político e militante.

No Brasil, o processo de racialização de “africanos” em “negros” começa com o tráfico transatlântico de escravos. Apesar da poderosa construção ideológica que se formou sob esse conceito de “raça”, o movimento negro no Brasil, caracterizado na época pela Frente Negra Brasileira (FNB), foi um dos principais atuantes em chamar atenção para as dificuldades que consternavam a população negra. A FNB “organizou jornais e congressos chamando atenção para os problemas que afligiam a ‘população de cor’: exclusão econômica, analfabetismo massivo e mobilidade social negativa” (SANTOS, 2011, p. 5).

A partir disso, os impressos da FNB até hoje são considerados os principais responsáveis pela ressignificação do termo “negros” e a revalorização do conceito de “raça”; não como sombra de características biológicas (como por muito tempo foi propagado), mas como uma representação política de uma identidade sociocultural. Neste sentido, as questões raciais se tornam passíveis de estudos para uma real compreensão de como essa identidade vem se formando e se modificando ao longo dos anos.

Portanto, no que concerne às pesquisas voltadas a problemática de “raça”, na corrente dos Estudos Culturais, estão ligadas diretamente a uma política cultural. Hall (2008, p. 376) classifica essa política cultural como “lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural”. O autor ainda destaca que estas pesquisas com caráter de relações étnico-raciais tiveram um grande avanço, principalmente na contemporaneidade, uma vez que esse período histórico é um espaço de lutas pela hegemonia cultural.

Pode-se tomar como exemplo dessa manifestação na atualidade o Hip Hop ou Break Dance, como inicialmente foi conhecido. Este movimento surgiu em meados da década de 1980 e se firmou como um espaço de luta e resistência negra e periférica, resultante de um longo processo de inferiorização e estigmatização deste grupo social. Nos dias de hoje, muitos dos elementos da cultura Hip Hop são utilizados por jovens negros e também não-negros, que moram tanto nas periferias quanto nos centros urbanos, como uma forma de demarcação de uma identidade cultural e política. Assim, pode-se observar este rompante como uma luta em torno da diferença, uma vez que se põe como um movimento contra hegemônico, mas também de identificação com “novos” agentes sociais.

Para Hall (2008), as estratégias culturais acerca do conceito de identidade estão relacionadas diretamente às relações étnico-raciais e de gênero, em razão desses marcadores sociais evidenciarem outras formas de identificação.

Levando em consideração todos os elementos até agora levantados e, visto que esta pesquisa aqui apresentada se empenha na compreensão de como a identidade da mulher negra

é representada no programa Nação da TVE RS, se tornou fundamental realizar este mapeamento das pesquisas de gênero e raça no contexto dos Estudos Culturais para compreender como estas representações da negritude reforçam a identidade de mulheres negras.

De forma geral, ao trazer esta trajetória teórica, percebe-se que os Estudos Culturais, desde sua formação, dedicaram pesquisas voltadas a análise da cultura popular e de minorias sociais, imbuídos pelas noções de gênero e raça/etnia. Apesar de que no *CCCS* esses estudos, por muitos anos não tiveram certificação – ou de apenas terem sido tardiamente reconhecidos –, na contemporaneidade eles ganham força principalmente nos estudos de representação e identidade. O marcador de diferença dentro das formas culturais passa, nos dias atuais, a ser um movimento contra hegemônico nas pesquisas acadêmicas e que se opõe ao essencialismo⁸ teórico.

⁸ Woodward (1999), a visão essencialista de identidade seria um conjunto “cristalino, autêntico, de características comum” que um grupo social partilha e que não se altera ao longo do tempo.

2 A IDENTIDADE NEGRA

Esta seção, como o próprio nome diz, apresenta aspectos que compõem a identidade negra, sendo ela construída através de atributos culturais e históricos. Inicialmente é feita uma contextualização histórica sobre a população negra brasileira, no que tange as movimentações diaspóricas, as condições de vida no Brasil, efeitos no pós-abolição e, finalmente, sobre as condições de vida das mulheres negras neste cenário.

Posteriormente, o estudo mostra um panorama geral sobre as formas que se tem dado as representações negras na televisão, a partir da análise de dramatizações, publicidade e programas de TV. Neste ponto, a condução das reflexões partiu da forma como socialmente são construídas as representações, assinalando o controle que o imaginário social dispõe na produção de sentidos.

Além disso, a seção adentra sobre a TV Pública, a trajetória de formação no Brasil e o modo como opera nas representações da identidade negra. Ainda é feita uma análise crítica acerca da emissora TVE RS, quanto à composição da grade de programação, estrutura e com relação à situação que ela vem passando a partir das decisões da atual gestão do Governo Estadual. O encerramento do capítulo se dá com o desenvolvimento acerca do programa Nação, trazendo aspectos que permeiam a dimensão da regulação, uma vez que expõe a relação do produto midiático e cultural com políticas públicas raciais.

2.1 IDENTIDADE NEGRA: ASPECTOS HISTÓRICOS E RELAÇÕES DE GÊNERO

A construção social sobre a identidade e representação negra na TV pública (invisibilidade e racismo) se formou pelo sistema de colonização do país e dos efeitos reafirmados a partir dele, ao longo dos anos. Dessa forma, considera-se essencial trazer uma síntese do movimento diaspórico das negras e negros ao Brasil. Além disso, nesta divisão, discute-se a respeito das subjetividades geradas em cima da mulher negra, demarcando aqui, o recorte de gênero.

Atualmente poucos são os registros a respeito dos primeiros escravizados negros que chegaram ao Brasil. A hipótese mais aceita seria a de que os primeiros escravizados africanos teriam sido traficados para a região nordeste, mais precisamente para a Bahia (GELEDÉS 2012). Durante esse processo, a população negra foi capturada em berço africano e trazida à força, em condições miseráveis e desumanas, como mão-de-obra para a América. Grande parte das negras e negros escravizados morriam durante a viagem vítimas de doenças, maus tratos e fome. Ao chegar no Brasil, estes povos eram destituídos de seus elementos identitários, como

grupo linguístico, religião, família e cultura. Assim, foram ressignificados pelo colonizador como animais e, sem direitos, eram obrigados a obedecer a minoria dominante branca ou então seriam submetidos a castigos violentos e humilhação pública.

A escravidão negra no Brasil durou mais de 300 anos, tendo apogeu durante os anos de 1701 e 1810, quando cerca 1 milhão e 800 mil africanos foram desembarcados nos portos coloniais (GELEDÉS, 2012). Contudo, é importante ressaltar que muitos escravizados não aceitavam passivamente a condição a que foram submetidos, e respondiam através de fugas, revoltas e resistências, por meio dos “quilombos”.

Os quilombos nada mais eram que lugares para onde a população negra escravizada resistiam. Para além de um espaço físico, os quilombos se tornavam redes de solidariedade e um meio para reforçar a negritude e recriar os laços com a mãe África. Lá, as negras e negros procuravam reconstruir as tradições culturais, políticas, sociais e religiosas que outrora tiveram no continente africano. Dessa forma, a perda de identidade começa aos poucos ser subjugada quando os elos esquecidos são, mais uma vez, restabelecidos (HALL, 1996), gerando algo novo. Além disso, é importante ressaltar que as comunidades quilombolas, nos tempos da escravidão, se firmaram como uma rede de apoio que aos poucos foram recriando os laços de família comum para os povos africanos.

De acordo com Garcia (2001), em Moçambique assim como noutras sociedades africanas, a unidade fundamental das sociedades é a família extensa, que funciona como elemento mítico - espiritual, social e até juridicamente solidário. Aquelas estruturas possuem um carácter intensamente comunitário; desempenhando o indivíduo funções com importância coletiva (...) (GARCIA *apud* SANDE, 2011, p.5)

Nestas comunidades eram recorrentes a criação de relações simbólicas e ritualísticas, que se configuravam como “parentescos” forjados de amparo mútuo, indispensável para fortificar uns aos outros, depois de todas as crueldades a que tinham sido submetidos.

As mudanças significativas para o fim de regime de escravidão no Brasil foram acontecer apenas na metade do século XIX, quando a Revolução Industrial na Europa começou a alterar as relações de trabalho. Embora a pressão internacional sobre o Brasil – por ser a única nação americana a manter a escravidão – ter começado no início do século XIX, foi apenas no final dele, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea que se oficializou a libertação do povo escravizado. Mas apenas a libertação da população negra não foi suficiente para garantir melhores condições, uma vez que a lei não criou uma reforma social que refletisse em ascensão e acesso a direitos básicos destas pessoas.

Embora a ideia da abolição da escravatura parecesse ter criado espaço para uma sociedade mais justa e menos desigual, no Brasil o período pós-colonização tornou as negras e negros escravizados em trabalhadores livres, todavia, sem um reparo que permitisse uma mudança de condição social significativa. Assim, esses grupos foram marginalizados e passaram à condição de minoria social.

Esta “libertação”, por meio de uma lei que ignorou as consequências da escravidão, tem efeitos até hoje no país. Quanto à educação, por exemplo, as negras e negros tem acesso a um ensino de qualidade inferior, justificando o alto índice de analfabetos e o baixo número de estudantes no ensino superior. Outro aspecto que corrobora esses dados é a falta de representação no conteúdo programático das escolas, o reforço do eurocentrismo como base para o ensino sustenta o racismo e reduz o interesse e a identificação de negras e negros.

Neste sentido, ainda que a organização estrutural da sociedade conferisse à população negra o papel de subalterna, ao longo dos anos, se construiu e reforçou no imaginário social o mito da democracia racial, discurso que nega e suaviza as manifestações de preconceito e racismo no país.

Há, diante desse problema de importância cada vez maior para os povos modernos o da mestiçagem, o das relações de europeus com pretos, pardos, amarelos – uma atitude distintamente, tipicamente, caracteristicamente portuguesa, ou melhor, luso-brasileira, lusoasiática, luso-africana, que nos torna uma unidade psicológica e de cultura fundada sobre um dos acontecimentos, talvez se possa dizer, sobre uma das soluções humanas de ordem biológica e ao mesmo tempo social, mais significativas do nosso tempo: a democracia social através da mistura de raças (FREYRE *apud* CHAVES, 2008 p. 12).

A tentativa de unidade, a partir da miscigenação dos povos, passou a ser uma estratégia de transformar o Brasil num “país de todas as raças” e assim, esvaziar toda a problemática envolvida sobre a discriminação social e o racismo. Esta perspectiva ignora a desigualdade de direitos, de condições de trabalho, a falta de acesso à educação e à moradia – uma vez que após a escravidão este estrato da população ficou às margens das cidades, sem direitos.

Muito embora a realidade do Brasil fosse outra, até hoje há a perpetuação do “mito” da democracia racial e isto provoca graves efeitos não somente para as negras e negros, mas sobretudo para o país como um todo. A miscigenação traz nas entrelinhas o ideal de branqueamento, a mistura das raças para “clarear” a população negra e este ideal atribui a sistemática como “um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (CARONE *apud* CHAVES, 2008, p. 14).

O branco ainda se faz presente no imaginário social como um padrão universal, e, portanto, como o melhor representante da espécie humana; em contrapartida, o negro acaba sendo representado por uma raça, um ser particularizado, ou o oposto da espécie humana, ou seja, o branco carrega consigo uma superioridade, o absoluto, enquanto o negro passa a ser submisso a essa “perfeição” (CHAVES, 2008, p. 14).

Dentre as principais estratégias utilizadas para reforçar a democracia racial faz parte confundir elementos da cultura negra e indígena no balaio da cultura nacional para assim aumentar a aceitação e dificultar a definição de “quem é o negro”. Em meio a isso, o método desintegra a cultura negra e indígena, para dar espaço a uma cultura hegemônica. Araújo (2004, p. 34) afirma que:

Historicamente o Brasil sempre resistiu a ser um país multirracial e multiculturalista. De forma semelhante ao que ocorreu em outros países, o processo de constituição do Brasil como nação foi resultado de uma luta política por unidade nacional e uniformização cultural, em que as etnias e grupos raciais não hegemônicos (negros e índios) sempre tiveram o seu processo de identidade negado por não estar no padrão uniforme proposto.

Dessa forma, o reconhecimento da questão racial no Brasil se deu de forma tardia. O sistema da escravidão atingiu a população negra como um todo, mas no caso das mulheres negras, os efeitos foram bastante atroz, principalmente acerca do corpo, da maternidade e da afetividade. As mulheres negras não poucas vezes tiveram o corpo violado pela escravização. Seja para satisfazer os senhores de engenho, seja para alimentar os filhos das senhoras da casa grande (GONZALES, 1998), (FANON, 2008), (RIBEIRO, 2013). A realidade é que o corpo da mulher negra durante o período da escravidão adquiriu um caráter servil e, em decorrência disso, a afetividade foi anulada. Os reflexos de todas as vulnerabilidades ao qual o corpo da mulher negra foi exposto pode ser sentido até hoje. Esta discussão, dentro de espaços de militância de mulheres negras, envolve um complexo processo de autoafirmação e aceitação da própria identidade.

As mulheres negras até hoje vivenciam a intervenção do racismo da forma mais cruel, pois como bem colocou Tereza Santos, a mulher negra foi o “esteio da família” brasileira, em nossas mãos estava o cuidado com os filhos das brancas e dos nossos, além de dar conta do sustento da família, (o IPEA também apresentou que as mulheres negras estão entre a maioria das chefes de família), vide que nós estávamos nas ruas, trabalhando, labutando, enquanto as companheiras brancas estavam relegadas ao espaço privado (SOARES, 2013).

Diante de tanta violência, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) surge da necessidade de fixar uma identidade política com relação ao “*ser negra*”. Em 1975, Ano

Internacional da Mulher pela ONU, com o Manifesto das Mulheres Negras apresentado no Congresso Brasileiro de Mulheres, as mulheres negras denunciam sobre as diferentes opressões cotidianas que sofrem, no que tange, principalmente, a identidade social e impactos da dominação de gênero e racial. Nesta perspectiva, muito importante é a contribuição e o reconhecimento de intelectuais negras, como Luiza Bairros que reflete sobre o Movimento Feminista e a partir disso, questiona a não inclusão das demandas específicas da vida das mulheres negras no debate.

(...) quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciados. Nesta procura, se coloca um outro nível de dificuldade, (...) questões soavam estranhas, fora de lugar na cabeça da mulher negra (...). Se falava na necessidade de a mulher pensar no próprio prazer, conhecer o corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água (BAIRROS *apud* RIBEIRO, 1995, p. 448).

Ao tratar da importância do MMN nota-se a busca pela (re)afirmação identitária. Sendo, antes de tudo, um processo histórico-cultural, a identidade social se forma a partir de elementos culturais, históricos, religiosos e psicológicos. Para Geledés (1993), “isso tudo não seria problema se a diferença não fosse tida e vivida como inferioridade na cultura ocidental, o que implica em dizer que a identidade é também algo que se constrói em oposição a alguma coisa, pressupondo, portanto, o outro”. Em virtude disso, muitas foram as contribuições de teóricas negras no desenvolvimento de reflexões que (re)construísem a trajetória das mulheres negras nas Américas para assim, fortalecer o empoderamento⁹ destas.

Lélia Gonzáles, por exemplo, cunhou um eixo de análise que representou uma significativa contribuição para estas movimentações: a teoria da amefricanidade, vinculada às ideologias de libertação africana e afro-diaspóricas. Neste sentido, Gonzáles, propôs o pensamento de reinterpretação das Américas, procedendo das matrizes africanas:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciadas em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon (GONZALES *apud* BARRETO, 2005, p. 50).

⁹ A utilização da palavra empoderamento significa dar poder, autonomia e afirmação. Optou-se por este termo pois, para este estudo, se refere a promoção de afirmação e poder para um grupo minoritário e vulnerabilizado socialmente.

A categoria da Amefricanidade representa um eixo bastante significativo para o MMN, uma vez que se configura em pensar a identidade negra por meio das resistências, ou seja, a partir do interior da cultura africana e, desta forma, distanciar-se de significados e interpretações regadas pela visão do colonizador. A contribuição de Lélia Gonzáles vem muito no sentido de formar um movimento centrado nas relações das mulheres negras da diáspora e marcar questões que permeiam a (re)afirmação do *ser* negra.

Com essas abordagens, se pontua os principais avanços protagonizado por intelectuais e teóricas negras, mas apesar disso, a luta destas ainda tem muito a conquistar. Em 2015, por exemplo, foi divulgada uma pesquisa do IPEA nomeada como “Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil”. Nele, está exposto que os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864 em 2003, para 2.875, em 2013. Esta expectativa de vida, às quais as mulheres negras no Brasil estão condicionadas, contraria a tendência mundial de que as mulheres vivem mais que os homens.

Outro exemplo de que ainda se tem muito a que lutar no MMN são os dados alarmantes trazidos pelo estudo realizado pelo Instituto Búzios¹⁰ (2007), “60% das famílias sem rendimentos são chefiadas por mulheres negras. Esses dados apontam para um círculo vicioso, dado que os filhos dessas mulheres acabam sendo os futuros jovens que serão vítimas da violência no país”. Ainda entre os dados preocupantes da desigualdade, no último Retrato sobre a Desigualdade de Raça e Gênero-2009, realizado pelo IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e realizado em parceria com a ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), demonstrou que as mulheres negras estão entre a minoria no ensino superior. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.

Os dados apresentados acima reforçam o espaço que as mulheres negras têm ocupado na sociedade, desde o sistema escravista até os dias atuais. Somado as afirmativas trazidas servem como uma contextualização para os próximos capítulos; já que para entender as significações e sentidos construídos a partir da representação negra é fundamental considerar as relações históricas e sociais que se formam da população negra.

¹⁰ O Instituto Búzios é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, entidade nacional sem fins lucrativos, reconhecida pelo Ministério da Justiça. Tem atuação direta, solidária nos movimentos negros, de mulheres e ambientalista, na intenção de atuar sob as políticas de inclusão social, e a promoção da igualdade racial, e no combate de toda a forma de opressão racial e de gênero.

2.2 A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA TELEVISÃO

Historicamente, o sistema escravista proporcionou a base para o desenvolvimento da representação baseada na diferenciação racial, através da inferiorização das negras e negros, consolidada como natural. Segundo Hall (2010):

Si las diferencias entre blancos y negros eran “culturales”, entonces están abiertas a la modificación y al cambio. Pero si son “naturales” — como creían los dueños de esclavos— entonces están fuera de la historia, son permanentes y fijas. La “naturalización” es por consiguiente, una estrategia representacional diseñada para *fixar* la “diferencia” y así *asegurarla para siempre*. Es un intento de detener el “resbalamiento” inevitable del significado, para garantizar el “cerramiento” discursivo o ideológico (grifo do autor).

As diferentes práticas de representação se configuram como uma ação deliberada para, além de sub representar, colocar as negras e negros em um patamar de desigualdade e de inferioridade, por ser capaz de demarcar e classificar o grupo através da diferença. O sistema escravista permitiu isso através da descaracterização da cultura negra com a fusão da cultura nacional, gerando assim uma cultura heterogênea. Dessa forma, pode-se considerar que as representações desvalorizadas de negras e negros nada mais são que processos resultantes da articulação do racismo.

A representação é qualificada por ser capaz de apontar, determinar e categorizar determinado grupo com base na diferenciação. Para Hall (2010):

Los *estereótipos* retienen unas cuantas características “sencillas, vividas, memorables, fácilmente percibidas y ampliamente reconocidas” acerca de una persona, reducen todo acerca de una persona a esos rasgos, los exageran y simplifican y los fijan sin cambio o desarrollo hasta la eternidad. Este es el proceso que describimos anteriormente. Por consiguiente, el primer punto es: *la estereotipación reduce, esencializa, naturaliza y fija la “diferencia”* (grifos do autor).

Como pode perceber, o autor evidencia que o estereótipo é um processo que marca, reduz e/ou exagera os traços, demarcando as diferenças do outro. Cardoso (2012, p.129), ressalta ainda que o processo de estereotipação – assim como a representação e os processos de identidade – envolve uma luta simbólica de poder, “entendido a partir de uma concepção mais ampla, incluindo a exploração econômica, mas também, a coerção cultural e simbólica”. Nesse sentido, a representação é construída a partir de aspectos culturais, históricos e de práticas sociais.

Antes de adentrar a representação negra na televisão brasileira é importante retomar que a cultura é um instrumento regulador de representações, já que a partir de elementos simbólicos é desvelado o que está por trás da conformação social e da própria interpretação da história. Dessa forma, as representações se legitimam por significações que refletem sentidos reconhecidos e (re)afirmados pela sociedade.

Uma vez destacado estes aspectos, já se pode esboçar alguns fatores essenciais para a discussão que pretende se construir nesta subdivisão. Se a representação nos meios de comunicação é feita a partir de artefatos culturais, históricos e práticas sociais e a cultura se constrói por meio de elementos simbólicos e interpretações coletivas, então avançar sobre a representação negra é considerar todo o contexto de escravização, criminalização e estigmas estruturados acima deste povo. Nesse sentido, é importante frisar que as representações têm diferentes formas e processos de acordo com os meios de comunicação em que são processadas.

A televisão no Brasil surgiu nos anos 1950 e embora já tenha mais de meio século de existência, quando falamos em representação negra – porção que representa 54% da população brasileira, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2015 – ainda são secundários em programas informativos, telenovelas, comerciais, séries e telejornais. Além disso, geralmente são delegados às atrizes e atores negros papéis que reforçam estigmas e estereótipos do negro malandro, periférico e criminalizado e, no caso das negras, como “mulata” hipersexualizada, mulher barraqueira ou assumindo papel servil no núcleo do roteiro.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, a televisão é hoje, o meio de comunicação mais utilizado no país, chegando a 89% da população. Dessa forma, a representação de um determinado grupo carregada de estereótipos e estigmas, influencia energicamente na consistência da identidade e no modo como ela é enxergada pelos demais. Araújo (2004), realizou uma pesquisa nos anos 90 sobre o papel de atrizes e atores negros nas telenovelas brasileiras e percebeu cinco aspectos no quesito representação nos veículos de comunicação. O primeiro era que as imagens de personagens negros eram carregadas de estereótipos e nesse sentido eram exageros de traços e comportamentos, reforçando uma imagem estigmatizada, caricata. A segunda observação que o autor encontrou foi que, no geral, não havia reconhecimento das contribuições desta parcela da população nas telenovelas. Não se encontravam nos núcleos personagens que estivessem em posições de prestígio ou que tivessem um poder aquisitivo maior. A terceira percepção de Araújo (2004) foi quanto à cultura negra. Nas representações, as práticas culturais eram folclorizadas, invisibilizando a contribuição das negras e negros na constituição da sociedade brasileira. Este entendimento estava bem próximo

da quarta observação, de que as representações negras eram componentes sem importância para os núcleos e, conseqüentemente, eram considerados como elementos de diversão para os brancos. Finalmente, o autor demarca a quinta percepção em que o sujeito negro era mais representado em noticiários na seção de polícia, como pobre, favelado e ligado ao crime.

Araújo (2004, p. 65) justifica,

A resposta de audiência dos afro-brasileiros aos programas da tevê marcadamente montados em uma perspectiva cultural eurocêntrica, com noções de beleza, temas, ênfase e estética branca (como os programas infanto-juvenis das apresentadoras Xuxa e Angélica), é uma comprovação disso. Esse quadro hegemônico de representações dos valores e padrões estabelecidos pelo segmento branco na televisão brasileira reflete a desigualdade racial profundamente arraigada no país.

Apesar da pesquisa de Araújo ter sido realizada em meados dos anos 90, a realidade de representação das negras e negros na dramaturgia teve pouca diferença nestes quase 20 anos. Grijó e Sousa (2012) realizaram um estudo sobre a representação do negro na década de 2000, trazendo uma análise de novelas da TV Globo, entre os anos de 2000 a 2010. Dentre as observações encontradas, os autores demonstram uma ascensão de personagens negros como protagonista em três novelas e alguns núcleos negros ativos, com enredo, história e tramas.

Grijó e Sousa (2012) revelam que apesar das atrizes e atores conquistarem um avanço no que tange a representação, isso não se dá de forma hegemônica nas telenovelas da TV Globo. Assim,

Questionamos aqui a própria natureza da telenovela brasileira (...) a emissora [TV Globo] parece desconsiderar a grande presença de negros na sociedade brasileira, criando e exportando outra realidade do Brasil. Quando os negros estão presentes nas telenovelas ou quando ganham destaque há um discurso, mesmo que implícito, de que o Brasil é uma democracia racial, sem diferenças sociais em relação às questões étnicas. (GRIJÓ, SOUSA, 2012, p. 200)

Segundo o Kantar Ibope Media¹¹, atualmente a TV Globo é líder em audiência e tem um grande número de produções exportadas para o mundo todo, levando isso em consideração questiona-se qual a imagem negra que o Brasil vende para os outros países. Reforçando estigmas e estereótipos da representação negra, mantendo estes personagens “soltos” sem história, enredo e um núcleo social, a rede de televisão corrobora para a imagem hegemonicamente branca do país e quase sem embates étnico-raciais.

¹¹ A Kantar Ibope Media fornece dados e serviços para todos os aspectos de mediação, planejamento e monitoramento de mídia. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/quem-somos/>>. Acesso em 21 abr. 2017.

Ainda, considera-se importante trazer para este estudo onde estão as negras e negros nos telejornais. No Brasil, assim como a telenovela, o telejornal também é um produto cultural bastante consumido pelos telespectadores, sendo esta população marginalizada, nota-se, ao analisar de forma empírica, que a representação negra nos telejornais está mais no conteúdo do que na posição de apresentação; e frequentemente relacionada a dois núcleos: o do crime e dos esportes (como o sujeito que “venceu na vida”). Contudo, justificar com a política de branqueamento, apesar de ser efetivo, não é suficiente neste caso.

Explicar a pouca presença de jornalistas, repórteres, comentaristas e profissionais negros vinculados a área de Comunicação – nos telejornais brasileiros –, se torna um reflexo também do fator desigualdade social. Como dito anteriormente, a invisibilidade negra está atrelada também à formação profissional e à falta de acesso a uma educação de qualidade. A invisibilidade está atrelada também à formação profissional e à falta de acesso a uma educação de qualidade. O Censo Demográfico de 2010 divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstrou que a taxa de analfabetismo entre os brancos é de 5,9%. Já entre pretos, o total sobe para 14,4%. Além disso, quanto a presença em cursos de ensino superior, o Censo aponta 31,1% de estudantes brancos, em oposição a 12,8% estudantes que se identificam como negros. Levar em consideração as estatísticas é remontar o contexto histórico em que a população negra resultou marginalizada e mesmo sendo maioria no país, também compõe o estrato social mais pobre e mais vulnerável.

Quanto à publicidade, Araújo (2003, p. 70) afirma,

As propagandas publicitárias no Brasil, em matéria de discriminação racial, ainda estão mais atrasadas que as telenovelas. O ideal de branqueamento nas agências de publicidade se apresenta de uma forma muito mais evidente (...) que por sua vez acabam incorporando e apresentando mais o branqueamento como conceito do que é com a sociedade.

Como observado, durante o desenvolvimento da TV no Brasil, as emissoras comerciais de televisão criaram imaginários de vida de glamour e beleza – tanto nas telenovelas quanto nos programas televisivos – e isso foi reforçado pela área da Publicidade e Propaganda. Nestes programas, não havia a presença de negras e negros, demarcando assim, o histórico de exclusão. Contudo, ao passar do tempo, foram elaboradas outras propostas que despertavam a atenção dos estratos populares da sociedade, como os programas de dramatização, que refletem em casos reais e aproximam o público.

Sodré (1999, p. 243) ressalta como a construção da narrativa atua em “níveis micro e macro, assim como nos registros de interação e da cognição (...) em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista, que de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele”.

Quando se leva em consideração o imaginário social construído a partir da colonização e do sistema escravista, fica evidente a formação das representações negras estigmatizadas e o reconhecimento do racismo midiático. Dentro do sistema difundido pela mídia, se reelabora a cultura que opera nas representações sociais. Sodré (2008) aponta que:

(...) o racismo midiático é suscitado pelos seguintes fatores: a negação – “a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo anti-racista ou a episódicos conflitos raciais”; o recalçamento - “tanto no jornalismo como na indústria cultural em seus diferentes modos de produção, costuma-se recalcar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra.”; a estigmatização – “Num país de dominação branca, a pele negra tende a tornar-se um estigma.

Muito embora o racismo midiático tenha prevalecido nas emissoras comerciais e durante o passar do tempo tenha reforçado suas estratégias discursivas, notoriamente não se pode desconsiderar a presença da imprensa negra no Brasil em meados do século XIX, com impressos de resistência, como o exemplo do jornal "O Progresso - órgão dos homens de cor", que objetivou balizar um território de fortalecimento da população negra e acusar o racismo cotidiano. Passos como esse demonstram que ainda que existisse forte racismo na imprensa tradicional, as negras e negros articulavam métodos que transpusessem sua fala pública. Para Pinto (2006) as publicações, apesar de não serem reconhecidas nacionalmente, remontam o esforço coletivo da população negra em subverter as práticas de dominação.

Por sim, esta subdivisão procurou ressaltar a forma como negras e negros têm sido representados pelo imaginário coletivo, apesar das lutas do Movimento Negro. As emissoras comerciais, a exemplo da TV Globo que tem um espaço consolidado há 52 anos na casa dos telespectadores brasileiros e alcança 98,5% do território nacional, sendo mais de 200 milhões de pessoas diariamente, tem grande influência no imaginário social nacional e internacionalmente. Até então, o percurso demonstrou como as emissoras e mídias convencionais dão continuidade a representações que reforçam estereótipos e simplificações sobre as negras e negros. Agora, parte-se para uma análise acerca da TV pública.

2.3 A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA TV PÚBLICA

Como mencionado anteriormente, por muito tempo, os meios de comunicação não viram a questão racial como algo importante e passível de discussão. Logo, construiu-se a ideia de que a diversidade racial não era necessária em meios como, por exemplo, a televisão. O que se percebe, então, é que a televisão se tornou “um meio de reforço simbólico da política de invisibilidade da desigualdade e da discriminação racial” (ARAÚJO apud SANTOS, 2004, p.

24-25), uma vez que se utiliza de estratégias excludentes para determinados grupos raciais. Para Santos (2004, p.14), é necessário levar em conta ainda “o conteúdo simbólico de mensagens dos meios de comunicação” para entender o que está por trás da “construção e circulação dessas mesmas mensagens”.

Considerando isso, a TV pública no Brasil surgiu a partir da promulgação do Decreto de Lei nº 236 de 1967, onde se estabelece que as televisões e rádios educativas não apresentam cunho comercial e, por isso, é delegado aos governos federal, estadual e municipal, universidades e fundações o domínio das mesmas. Assim, no Brasil, a primeira televisão pública implantada foi a TV Universitária de Pernambuco, com o objetivo de disseminar conteúdos educativos e fomentar debates sobre diversas áreas temáticas, como política, educação e cidadania. A essência das emissoras de TV pública “é o compromisso com programas educativos, infantis, religiosos, culturais e artísticos, muitos com linguagem popular, além de abrir espaço para as minorias” (MENDEL; SALOMON *apud* COELHO, 2012).

Na teoria, este segmento deveria ser parte de um processo de identificação e pertencimento para a população negra, já que a programação cria estes espaços com cunho cultural, informativo e educativo a partir de demandas específicas da audiência. Neste sentido, é importante trazer a pesquisa “Onde está o negro na TV Pública”, realizada no ano de 2007, pela Fundação Cultural Palmares¹², que, como o próprio título sugere, intenciona mapear as representações negras nas três maiores emissoras públicas nacionais: TV Cultura, Rede Brasil e TV Nacional. Comprovou-se que até abril de 2007, 0,9% da programação exibida foi dirigida à cultura afro-brasileira, e apenas 5,5% dos jornalistas que atuam neste segmento da TV e 10% dos apresentadores desses canais de televisão são afrodescendentes.

Nota-se que, assim como nas emissoras comerciais, a ausência de negras e negros na mídia televisiva brasileira permanece. Este fenômeno se mostra como reflexo da falta de políticas públicas que garantam o “direito democrático de todo segmento populacional ter seus semelhantes, com as mesmas características étnico-raciais, ocupando postos relevantes e altamente valorizados, fonte fundamental de autoestima” (Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 6). Para ampliar a discussão sobre as TVs públicas foi necessário partilhar os aspectos acima apresentados, porém, como este estudo recai sobre a TV Educativa de Porto Alegre, mais conhecida por TVE RS, atém-se aos elementos de representação negra nesta emissora.

¹² A Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) foi fundada pelo Governo Federal para a promoção e preservação da cultura afro-brasileira.

A TVE RS é uma emissora pública do Rio Grande do Sul que, em conjunto com a estação radiofônica FM Cultura, compõe a Fundação Piratini, da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em junho 1968, a TVE RS recebeu concessão de emissora, todavia começou a operar em 1973, no Campus da PUC-RS, com transmissões em circuito aberto, e a emissora instalada na Faculdade dos Meios de Comunicação Social (FAMECOS), se chamava no seu início de Centro de Televisão Educativa (CETEVE) (TVE-RS, 2015)¹³. Na época, a programação da emissora era basicamente educativa, tendo grande participação de docentes. Em 1980, com o crescimento da TVE RS e um incêndio da FAMECOS, o canal passou a ocupar o prédio da extinta TV Piratini, no Morro Santa Tereza, em Porto Alegre.

Quanto à programação, a TVE RS apresenta assuntos de interesse público, principalmente no que cerne à cultura. Amparada no jornalismo e na produção de programas de atualidade e cultura, a emissora apresenta na programação produções locais (consideradas como um acervo de memória do Rio Grande do Sul) e outro acervos de redes parceiras, como TVs comunitárias, públicas, universitárias e independentes.

Atualmente, a programação da emissora apresenta dois programas fixos com temática voltada à negritude, são eles “Nova África” e “Nação”. O primeiro projeto é uma união do jornalismo com acervos documentais sobre a África, com o objetivo de mostrar a realidade do continente e assim, gerar no telespectador uma conexão identitária com a África, longe de estereótipos e estigmas. Já o Nação será aprofundado a seguir, na próxima subdivisão. Para além destes programas, a representação negra está presente em sessões de filmes especiais, como o “Ciclo Cinema Africano”, em que a emissora apresentou cinco longas-metragens sobre países africanos.

Antes de adentrar mais especificamente ao programa Nação, neste momento precisa-se elucidar sobre a situação atual da emissora. Como o estado gaúcho vive uma crise econômica sem precedentes, no final de 2016, o governo de José Ivo Sartori anunciou a extinção da Fundação Piratini, medida que teve também aprovação na Assembleia Legislativa do RS, deixando impreciso o futuro da emissora. Em contrapartida foi criado um dossiê intitulado “Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura” que reúne informações sobre a trajetória da Fundação Piratini e a sua importância cultural para o Rio Grande do Sul. Embora a imposição do Governo, a TVE RS, nos últimos meses, tem lutado para permanecer com a programação e valorizar as produções culturais. Em 2017, ano em que completa 43 anos de existência,

¹³ Disponível em www.tve.com.br. Acesso em 15 abr 2017.

servidores e funcionários da rede têm fortalecido a emissora com mudanças significativas na grade de programação, ampliando o espaço do jornalismo e de exibições locais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Após a revisão bibliográfica, na qual foram apresentadas as bases teórico-conceituais do estudo, esta seção é composta pela exposição do *corpus* da monografia e pelo percurso teórico-metodológico utilizado para a análise do mesmo.

Uma vez que a pesquisa desenvolvida apresenta um recorte sobre a representação dos processos identitários da mulher negra, considerou-se importante evidenciar inicialmente o trajeto científico que resultou na delimitação do tema e posteriormente no *corpus* do estudo, para posteriormente adentrar aos conceitos da análise cultural-midiática, principalmente no que tange ao materialismo cultural, sugerido por Williams (2003), base teórico-metodológica da pesquisa.

Além disso, este capítulo discorre acerca do Circuito da Cultura de Du Gay et al. (1997), apresentando cada eixo cultural do circuito para, em consonância com a análise textual de Casetti e Chio (1999) – mais especificamente a partir das categorias: sujeitos, textos verbais, histórias e cenas – propor um novo operador metodológico que abranja todas as dimensões do estudo e possa dar conta da análise aqui trazida.

3.1 CORPUS DO ESTUDO

A pesquisa exploratória para a definição do estudo começou há cerca de um ano e meio, com iniciação científica no projeto “Identidade e representação na mídia: perspectivas dos Estudos Culturais para análises culturais em audiovisualidade” em que resultou o artigo “A identidade negra na TV pública regional representada no programa Nação da TVE/RS”. Ao desenvolver o estudo citado e incorporado também sob a temática de “negritude e televisão regional” buscou-se verificar como se deu o tratamento da identidade das negras e negros gaúchos a partir do episódio “Museu do Percurso Negro” e de que forma o programa trazia as contribuições e influências negras, no âmbito da cultura gaúcha.

Muito embora este primeiro estudo não tenha um recorte de gênero demarcado foi possível uma primeira aproximação com as contribuições acadêmicas a respeito da temática de negritude e comunicação pública regional para o campo da Comunicação Social. Para esta pesquisa exploratória foram elencadas algumas temáticas iniciais referentes ao objeto de pesquisa e, com a intenção de aprofundar o estudo sobre o programa Nação, foram elaboradas maneiras de articular a análise crítica, fundamento dos Estudos Culturais, ao recorte de raça e gênero, chegando ao *corpus* apresentado.

Após uma breve busca se constatou que poucos são os trabalhos que fazem o recorte de raça e gênero a partir de uma TV pública regional. Por isso, definiu-se trabalhar com “mulheres negras”, “identidade” e “representações” em uma emissora regional; uma vez que a união destes quatro aspectos pode conferir a esta pesquisa uma contribuição valiosa, tanto para os EC, quanto para os estudos de Comunicação.

A partir disso, para chegar propriamente no *corpus* do estudo, procurou-se resgatar internamente no Programa Nação – todos os episódios nos últimos 5 anos – as produções que tivessem uma discussão voltada especificamente para pautas que envolvam, exclusivamente, mulheres negras para então conseguir verificar de que forma elas estão representadas no âmbito da TV regional. Uma vez realizada a filtragem, elencou-se dois episódios “Especial Mulheres Negras” (2013) e Mulheres Negras (2015).

O episódio “Especial Mulheres Negras” foi lançado em 2013, com produção de Vera Cardoso e apresentação de Alan Barcelos. No capítulo são narradas a vida de duas mulheres negras que são personagens da obra “Mulheres Negras na Primeira Pessoa” organizado pelas autoras Jurema Werneck, Nilza Iraci e Simone Cruz. Já no episódio “Mulheres Negras” lançado dois anos depois, em 2015, a apresentação é da jornalista Fernanda Carvalho. Ali, são contadas a trajetória de seis mulheres, militantes do Movimento de Mulheres Negras no país.

Ambos episódios contextualizam historicamente a trajetória das mulheres negras e ressignificam a tese de que falar delas é falar apenas de violência e escravização. Os episódios trazem aspectos de luta e (re)afirmação da identidade negra. Além disso, a escolha por dois capítulos que têm praticamente o mesmo nome se deu para, a partir desse fato, poder traçar um paralelo entre ambos, de forma a identificar quais os avanços e recuos do Nação no percurso de dois anos entre as produções, no que tange à discussão sobre as demandas e representações das mulheres negras.

Apresentado o *corpus* do estudo é necessário agora discorrer sobre o percurso teórico metodológico em que se procede a análise. Levando em consideração as demandas do estudo, optou-se pela utilização de três marcos teórico-metodológicos para formulação de um operador metodológico próprio: a) a análise cultural-midiática, a partir do materialismo cultural proposto por Williams (2003) como pano de fundo para entender como se dão os processos simbólicos de disputa de poder e de que forma eles validam ou questionam valores em determinada cultura; b) parte do circuito da cultura de Du Gay et al. (1997): como um protocolo operacional para chegar à representação da mulher negra; e c) as categorias da análise textual (CASSETI e CHIO, 1999).

3.2 ANÁLISE CULTURAL-MIDIÁTICA

Apresentado o *corpus* do estudo, é necessário explicar então que os aspectos da análise cultural-midiática trazidos neste estudo representam uma abordagem teórica que pode prover embasamentos para desenvolver uma abordagem operacional a partir de seus preceitos. Considera-se relevante este aporte, uma vez que se concentra “sobre os modos de vida e valores de uma comunidade e de um tempo específicos, observando benefícios e custos na maneira pela qual eles são representados” (ROCHA, 2010, p.2).

Antes de abrir a subdivisão é preciso ainda evidenciar elementos que permeiam o conceito de “cultura”. Williams (2007) estabelece que em meados do século XVIII, o termo estava relacionado aos intelectuais europeus, assim, tudo aquilo que vinha da burguesia era considerado como alta cultura. Na perspectiva dos Estudos Culturais a concepção de cultura utilizada é como um terreno de luta pelos significados. Dessa forma, há uma inter-relação em que os sistemas culturais são processos de produção de sentidos em um determinado contexto social.

A análise cultural proposta por Williams (2003) move o ponto central da pesquisa de estrutura política e econômica “para buscar contextualizar essa estruturação na ‘vida real expressa pelo conjunto de organização’ social” (WILLIAMS *apud* COIRO, 2016, p. 30). Para Williams (2003), as práticas sociais motivam modos de vida que ao longo do tempo vão se modificando. Diante disso, a interpretação da estrutura social pode ser feita a partir dos produtos culturais e o modo como eles são criados e utilizados.

Segundo Williams (2003, p. 52), “el análisis de la cultura es el esclarecimiento de los significados y valores implícitos y explícitos en un modo específico de vida, una cultura específica”, por isso, ela inclui a crítica histórica, mas também a análise dos modos de vida. Neste sentido, o autor propõe três níveis de cultura: a cultura vivida, a cultura registrada e a cultura da tradição seletiva.

Está la cultura vivida de un momento y un lugar determinados, sólo plenamente accesible para quienes viven en ellos. Está la cultura registrada en todos los niveles, desde el arte hasta los hechos más cotidianos: la cultura de un período. Y también está, como factor vinculante de la cultura vivida y las culturas de los distintos períodos, la cultura de la tradición selectiva (WILLIAMS, 2003, p. 58).

Assim, a análise da cultura está ligada aos acontecimentos e práticas sociais, configurando-se, desse modo, como um estudo da correlação de aspectos que permeiam

determinado modo de vida. Dessa forma, a abordagem metodológica da análise cultural se torna relevante neste estudo, no sentido de identificar os padrões característicos na representação da mulher negra na televisão e, posteriormente, apontar as rupturas subsequentes. Embora, como já mencionado anteriormente, a análise cultural seja combinada a outros protocolos metodológicos para este estudo, contribui no processo da análise, uma vez que propõe aspectos bastante relevantes para os estudos dos meios de comunicação.

No cerne da análise cultural, Williams propunha uma leitura da cultura como modo de vida, apresentando assim, o materialismo cultural, em que, segundo Cevalco (2001, p.115) “a fixação de um sentido é resultado de disputas que envolvem muito mais que a linguística”, reforçando que as designações nunca são inocentes. Dessa forma, quando se trata do desenvolvimento dos meios de comunicação na construção da hegemonia, Coiro (1997, p. 100) sugere que “devemos analisá-los não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social”.

O materialismo cultural nos Estudos Culturais surge da necessidade de superar as insuficiências da Escola de Frankfurt e do marxismo para propor, assim, a cultura como um processo produtivo que faz parte dos meios de produção. Williams (2003 *apud* MENDEZ, 2012) entendia que “os bens culturais são resultados dos meios de produção materiais que concretizam relações sociais complexas envolvendo instituições, convenções e formas”. Como as formações sociais se dão através da dominação, o conflito se torna permanente e por isso, o sentido de cultura é mutável, a partir de articulações provisórias e contradições. O materialismo cultural tem como meta tornar a história cultural em material.

Como dito anteriormente, em se tratando da representação dos processos identitários da mulher negra, o materialismo cultural serve como um cenário teórico-metodológico para entender como se dão as construções de sentido no texto televisivo, uma vez que é preciso considerar a dimensão cultural e histórica do produto audiovisual. Em consonância com isso, e partindo para uma perspectiva operacional, utilizou-se o circuito cultural de Du Gay et. al. (1997) e a análise textual de Casetti e Chio (1999), por entender que estes três processos estão diretamente relacionados para desvendar o problema norteador desta monografia.

3.3 CIRCUITO DA CULTURA DE DU GAY

Para operacionalizar o estudo, utilizou-se o protocolo de Du Gay et. al. (1997), denominado Circuito da Cultura, em que a partir de um esboço aborda um percurso teórico-

metodológico que propõe um sistema interligado entre a identidade, a produção, o consumo, a regulação e a representação para interpretar os sentidos atribuídos a determinado produto cultural. Em suma, no operador cultural de Du Gay et. al. (*apud* MORAES; LISBOA FILHO; LISBOA, 2013, p. 4) “a representação refere-se a sistemas simbólicos, como os textos e imagens envolvidos na produção de um artefato cultural, por sua vez, esses sistemas geram identidades que lhes são associadas e têm um efeito de regulação na vida social, promovendo o consumo”, ou seja, o sistema é composto por dimensões que se inter-relacionam no circuito, concomitantemente.

Na Figura 1, será apresentado o protocolo de Du Gay et. al. (1997) com os marcadores culturais e suas inter-relações.

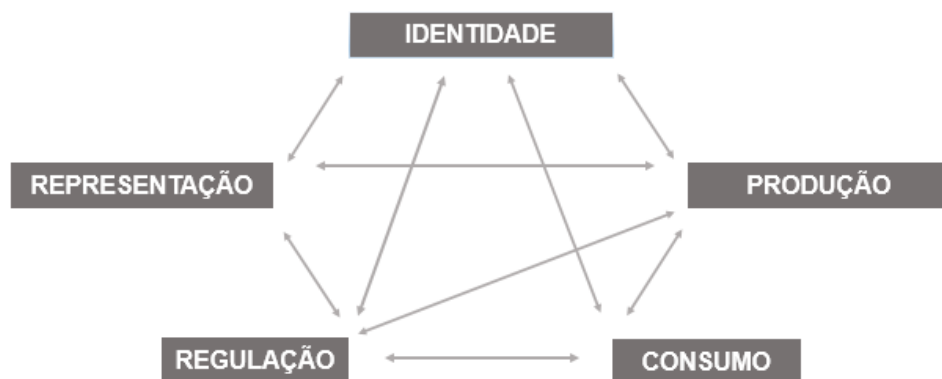


Figura 1 – Circuito da Cultura

Fonte: (DU GAY et al., 1997, p.3)

Para Coiro e Lisboa Filho (2013, p. 8), no que tange à regulação:

Isso implica pensar a cultura e os bens e serviços culturais sob a tutela da economia, do mercado e das forças políticas dos estados nacionais, o que, na ordem neoliberal, de acordo com Hall (1997a) leva a duas tendências aparentemente contraditórias na adoção de políticas culturais: a *desregulação* e a retomada da *regulação*.

A instância da *regulação* corresponde à concepção de leis e políticas culturais a que as práticas sociais estão regradas. Neste sentido, o artefato cultural é visto tanto no contexto de normativas universais, quanto em legislações nacionais e regionais.

O eixo da *produção* envolve essencialmente a construção do produto cultural e o *modus operandi*. Dessa forma, a produção aciona a esfera social, econômica e política, ou seja, formato, duração, histórico, imagens, entrevistas. Enfim, os elementos que dizem respeito à elaboração e execução do artefato cultural. Considera-se aqui que a partir da produção se constrói a representação dos sujeitos e, conseqüentemente, o sentimento de identificação.

Segundo a perspectiva dos Estudos Culturais, no que tange à teoria do cinema, a identificação acontece na esfera simbólica, gerando assim desejos inconscientes de se ver em determinados personagens. Para Woodward (1999, p. 18) “[o conceito de identificação é um aporte] para explicar a forte ativação de desejos inconscientes relativamente a pessoas ou a imagens, fazendo com que seja possível nos vermos na imagem ou na personagem apresentada na tela”.

A esfera da *representação* está atrelada ao conceito de identificação. Este núcleo gera um sistema simbólico através do qual se produzem os significados e assim surge a relação de identificação com o sujeito. Neste sentido, a representação “atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior” (HALL *apud* WOODWARD, 1999, p. 8). Este eixo inclui as práticas de significação em que os sentidos são produzidos, Woodward (1999) reforça ainda que é por meio deles que se dá significado às experiências vivenciadas e ao que se é.

Ainda como parte do todo, a *identidade* no circuito de Du Gay et. al. (1997) marca o encontro das práticas sociais e relações culturais, políticas e econômicas do operador. Assim, a partir das outras instâncias, se compreendem os aspectos que formam a identidade. Nesta instância, foram levados em consideração os agentes sociais que compõem o produto cultural analisado. Woodward (1999, p. 28) afirma que a identidade cultural pode ser vista tanto como uma questão do “tornar-se” como do “ser”, ou seja, no “tornar-se” – contrário do “ser” – os agentes sociais não seriam limitados pela cultura, mas estariam capacitados a (re)construir suas identidades históricas no bojo da dinâmica cultural.

E finalmente a dimensão do *consumo*, no Circuito da Cultura de Du Gay et. al. (1997), surge a partir da perspectiva do espectador, ou seja, este eixo está relacionado à forma como o sujeito interpreta o conteúdo apresentado. Para este estudo, devido ao fato do foco estar na esfera da produção, mas sem desconsiderar a importância dos estudos de recepção, optou-se por trabalhar nos demais.

Posterior à apresentação do circuito de Du Gay et. al. (1997), para este estudo foi sentida a necessidade de unir elementos da análise textual, proposta por Casetti e Chio (1999) para que se alcançassem as várias dimensões simbólicas que a pesquisa exige. Dessa forma, a escolha

pela análise textual surgiu da necessidade de compreender de que modo categorias da produção audiovisual, como o enredo, elementos de transição, sujeitos e conteúdos reforçam a representação e se organizam no meio de produção.

3.4 ANÁLISE TEXTUAL

Pela perspectiva dos Estudos Culturais, a análise textual também assume uma dimensão cultural, considerando assim todos os processos que marcam a vida social. Para Casetti e Chio (1997), quando se trata da televisão, há muito tempo se tem desenvolvido pesquisas que integram a produção e a recepção da audiência a esses produtos culturais e a partir disso, perfazem três ideias básicas a ser consideradas nas análises. A primeira é a natureza produtiva de um texto que depende de vários aspectos sociais, como o contexto histórico, geográfico e cultural. Segundo os autores, o texto para além de uma construção linguística, é também um acontecimento produzido em um determinado espaço e tempo. Os textos não podem ser analisados sem considerar o contexto histórico e social em que foram produzidos. Dessa forma, o conjunto social e cultural é o que confere forma ao texto, ao mesmo tempo em que este depende dele para ser interpretado.

A segunda ideia básica na análise textual proposta por Casetti e Chio (1997) considera que o texto não é recebido de forma passiva pela audiência. Apesar de toda a narrativa produzida ter um significado gerado na instância da produção, a forma como esse texto é auferido e interpretado pelo receptor passa por um novo processo de construção de sentidos e significados; afinal, existe neste espaço uma leitura que é negociada pela audiência, a partir do que este indivíduo sabe, acredita ou viveu, em consonância com a realidade do grupo social em que está inserido.

A terceira questão que deve ser considerada na análise textual é a dimensão do texto não ser apenas uma ferramenta de interpretação, quando chega ao sujeito, mas também um instrumento operacional, que deve ser utilizado e refletir em comportamentos e práticas sociais.

[los textos] ofrecen *imágenes de la realidad* que confirman, integran o corrigen los mapas cognitivos de los individuos. Facilitan *esquemas que explican* los eventos cotidianos, casi siempre a partir del modo en que tratan los “casos públicos” (...) facilitan *repertorios* de expresiones, símbolos, figuras retóricas (...) activan *cuadros comunicativos* que confirman o desmienten las jerarquías sociales reconocidas (...) favorecen o bloquean las *interacciones personales* (...) y ofrecen *sugerencias para lá acción* (...). (Casetti e Chio, 1997, p. 297)

Para fazer a análise textual do *corpus* de estudo, se levou em consideração as orientações de Casetti e Chio (1997) que sugerem três passos: a leitura, elaboração de uma ficha de análise e criação de um esquema de leitura. Assim, no que tange à leitura, os autores propõem duas formas de realizar a leitura:

El esquema de lectura se puede presentar de dos formas diferentes. Puede ser una simple lista de los puntos más importantes del texto o bien adquirir una forma más estructurada, que simule una entrevista del analista al texto. En la práctica por una parte tendremos un esquema muy “amplo”, que se limita a alinear los grandes núcleos-guía del texto, y por otra parte tendremos por el contrario, un esquema más “restringido”, que interroga al texto desde un determinado punto de vista. (CASETTI; CHIO, 1997, p. 252)

Segundo os autores, a primeira forma de esquema de leitura é mais ampla; já que primeiramente se pontua os aspectos mais importantes e se segmenta estes elementos presentes e posteriormente destaca-se os possíveis entrelaçamentos textuais que são levados em consideração. Casetti e Chio (1999) propõem esta análise a partir de quatro categorias bastante específicas que são sujeitos, textos verbais, história e cenário; a partir delas se examinam particularidades para cada grupo.

Para o desenvolvimento deste estudo foi feita uma pesquisa exploratória com os episódios e se reconheceu a necessidade das categorias a seguir descritas, posto que essas são as mais relevantes em termos de significados que convergem para o recorte da pesquisa. Levando isso em consideração e entendendo a importância da análise de cada uma das categorias para o estudo cada uma foi renomeada, a fim de adequar-se ao *corpus*, conforme os níveis:

- Mulheres negras: análise de quem são as mulheres que estão sendo apresentadas, como se portam e como dialogam entre si e no todo dos episódios;
- Conteúdo das apresentações e entrevistas: aspectos que dizem respeito às falas e sonoridades (músicas e trilhas) que compõem o *corpus* do estudo, compreendendo de que forma elas são trazidas e qual o posicionamento delas;
- Desenvolvimento da narrativa: são analisados aspectos que compõem o enredo, a forma como o episódio é organizado em termos de narrativa;
- Cenas de transição: nesta categoria o foco está, como o próprio nome já evidencia, apenas na descrição das cenas de transição utilizadas nos episódios, posto que os aspectos que envolvem o cenário já estão diluídos nas demais categorias.

3.5 ANÁLISE DESCRITIVA-INTERPRETATIVA DO *CORPUS*

As categorias da análise textual acima apresentadas complementam o percurso metodológico realizado pelo circuito cultural de Du Gay et. al. (1997), no que tange à esfera da representação, uma vez que acredita-se que estas quatro categorias são fundamentais para chegar ao objetivo final do estudo. Como dito anteriormente, sendo a identidade gerada a partir dos processos e práticas sociais, as instâncias culturais que interpretam estas relações são capazes também de ativar o sentimento de identificação nos telespectadores.

Por isso, se propôs um novo protocolo analítico, capaz de dar conta de todas as dimensões culturais da pesquisa, utilizando tanto aspectos do operador cultural de Du Gay et al. (1997) – suprimindo o eixo do consumo já que recai sobre o campo da recepção e, por isso, não contempla o estudo aqui desenvolvido –, quanto as contribuições metodológicas de Casetti e Chio (1999), acerca das quatro categorias anteriormente apresentadas. O protocolo metodológico desenvolvido fica esquematizado conforme a figura 2.

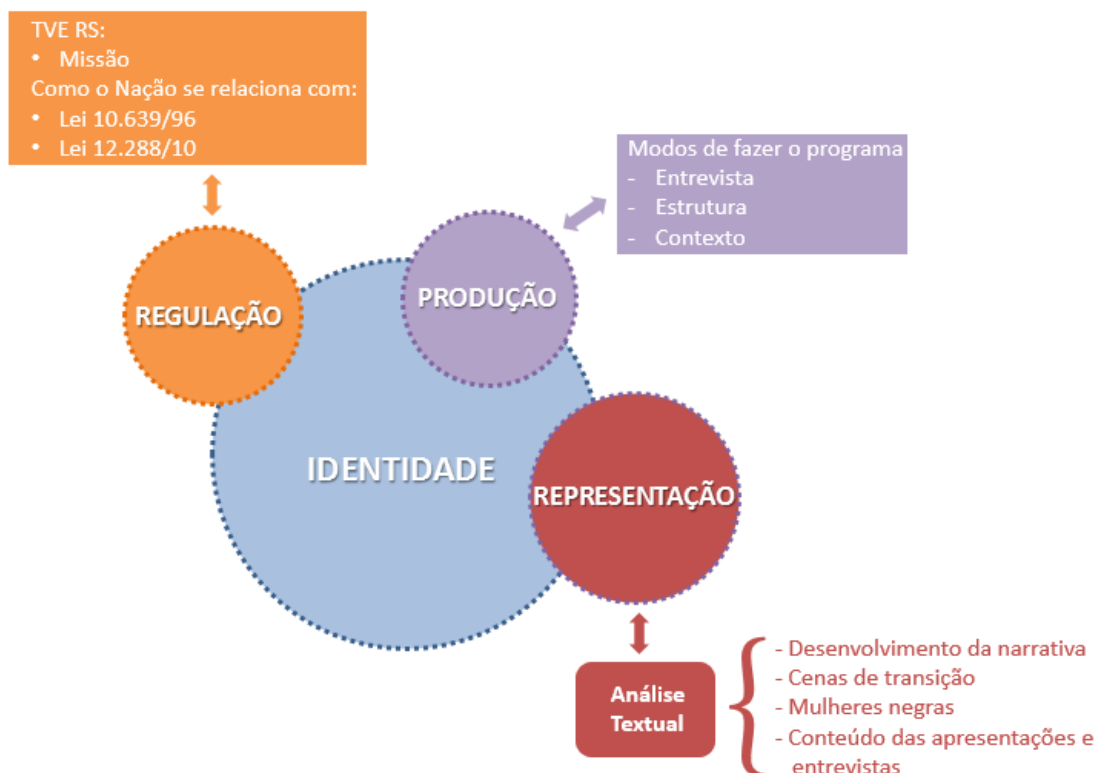


Figura 2 – Percurso Metodológico para análise

Fonte: Elaboração da própria autora

Na proposta de circuito apresentada, assim como a de Du Gay (1997), as instâncias se relacionam entre si. Centra-se nos episódios “Especial Mulheres Negras” e “Mulheres Negras” do programa Nação da TVE RS, as dimensões culturais da regulação, produção e representação trazem elementos capazes conduzir à identidade negra, uma vez que o processo da cultura é uma das principais fontes de identidade. Hall (2011, p.48) considera ainda que “as identidades [...] não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (grifo do autor).

Uma vez que o protocolo metodológico a ser empregado foi delineado, segue-se ao exercício da análise propriamente.

4 REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO NAÇÃO

Antes de iniciar propriamente análise, cabe retomar brevemente o histórico do programa. O Nação foi idealizado por Vera Cardozo e teve a primeira exibição em 2010, na TVE RS, com o objetivo de dar visibilidade a questões que envolvem a cultura, a identidade negra e as movimentações africanas ao Rio Grande do Sul. A partir disso, o programa compromete-se a ressignificar a cultura gaúcha, evidenciando as contribuições das negras e negros para o estado. Além disso, o programa se propõe a gerar reflexões acerca da história deste povo, a partir da perspectiva negra, uma vez que tanto a produtora quanto a apresentadora do programa são negras.

Mais tarde, em 2012, a transmissão do programa se tornou nacional, através do compartilhamento de arquivos pela TV Brasil, emissora pública de alcance no país todo. A partir de então, o Nação considerou necessário ampliar a abrangência da temática; mesmo que ainda focada na representação negra, inclui-se a história e cultura negra em nível nacional. Em formato de documentário e com cerca de 30 minutos cada capítulo, o Nação já abordou diversos temas, como políticas públicas, ações afirmativas, arte e religiosidade afro-brasileira. Além de produções próprias, também apresenta espetáculos, filmes, documentários e outros artefatos audiovisuais que tragam a negritude como temática central.

Como parte da **regulação** tem-se a organização da TVE RS como uma TV pública e, considerando o Nação como um produto cultural sobre a história e a cultura negra no país, torna-se necessário compreender como as características que configuram o programa se relacionam com políticas públicas de inclusão racial, como por exemplo, a lei nº 10.639/96 e o Estatuto da Igualdade Racial.

A TVE RS atua em conformidade com os princípios estipulados pela Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais¹⁴ (ABEPEC) que regem:

(...) em resumo, a defesa da TV pública em sua integridade, de ação independente, plural e que valorize a criatividade e a inovação na produção de programas educativos e culturais. Dessa forma, a programação da TVE representa uma alternativa qualitativamente relevante para o seu público telespectador. Seus programas, muitos deles com mais de duas décadas de exibição, tem como base a integração e a inclusão social, sendo reconhecidos pela pluralidade, diversidade e valorização das culturas regionais e da identidade nacional (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2011).

¹⁴ A Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais foi criada em 1998 e é uma entidade brasileira de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne 21 emissoras de televisão não comercial de caráter educativo e cultural.

Com isso, a TVE RS apresenta uma programação voltada a crianças, jovens e adultos primando o interesse público, valorização da qualidade de vida, informação e entretenimento saudável. Tem como missão promover uma comunicação “pública e democrática no Rio Grande do Sul que propicie o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade e que seja produzida com a participação da sociedade” (FUNDAÇÃO PIRATINI, 2011). Nesse sentido, o Nação se une ao número massivo de programas com temática cultural e informativa que compõem a grade de programação da TVE RS. Por ser um programa com recorte étnico-racial bem demarcado é preciso ir além e entender como se dão as relações com políticas de ação afirmativa e inclusão racial.

A lei 10.639, sancionada em 1996, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Surgiu da necessidade de desmistificar a historiografia que ainda é pautada no sistema escravista e, assim, reforça o sentimento de sofrimento e violência da população negra, enquanto desconsidera os estudos emancipatórios e todo e qualquer vestígio de resistência das negras e negros no país. Com o foco nas escolas, a lei sancionada há pouco mais de 20 anos propõe novas diretrizes para valorizar e ressaltar a presença africana na sociedade, além de agir como ferramenta contra o racismo e a discriminação. Em todo o caso, não se pode desconsiderar que as vivências e as relações de ensino circunscrevem experiências de interação com os meios de comunicação também e estas influenciam demasiadamente nas percepções de mundo, conhecimento e educação. Por exemplo, Paiva (2001 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 3) destaca que "a construção da identidade, inegavelmente é atravessada pela estrutura da mídia, que assume um lugar social ao ditar condutas padronizadas para diferentes populações".

Em consonância com a lei 10.639, o deputado Paulo Paim (PT/RS) propôs em 1998 o Projeto de Lei 10.4370 que, segundo Agência Câmara (2002, *online*) institui:

(...) cotas para representação da etnia negra nos filmes, anúncios publicitários, peças e programas veiculados pelas emissoras de televisão ou apresentados em cinemas. O texto obriga a presença mínima de 25% de afrodescendentes entre os atores e figurantes dos programas de televisão – extensiva aos elencos de peças de teatro – e de 40% nas peças publicitárias apresentadas nas tevês e nos cinemas. As determinações atingem também o Poder Público. Os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam obrigadas a incluir cláusula de participação mínima de 40% de afrodescendentes nos contratos de realização de filmes, programas, peças teatrais e peças publicitárias.

Embora o PL 10.4370 tenha sido arquivado, posteriormente, em 2010, foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial, lei nº 12.288, que é um conjunto de garantias para a promoção da igualdade de direitos e inclusão social da população negra na sociedade. O Estatuto é um marco jurídico que intenciona tornar o país mais democrático, igualitário e justo e, conseqüentemente,

valorizar a herança cultural e reconhecer a contribuição da população negra para a formação do país. No que tange aos meios de comunicação, o Capítulo VI da lei 12.288/10 assegura a participação de artistas e atores negros em programas de TV, filmes, seriados e peças publicitárias. Contudo, diferente da PL 10.4370, no texto do Estatuto não há especificamente uma porcentagem mínima de negras e negros nestes espaços.

Numa sociedade arraigada pelo racismo, projetos como o Nação que preconizam a memória e as tradições africanas e afro-brasileiras e trazem uma representação negra para a televisão, se encaixam profundamente no propósito das políticas públicas de inclusão racial acima citadas. Em razão disso, se torna importante evidenciar estes aspectos e ainda reconhecer o Nação como um instrumento de ação cultural que questiona e/ou legitima identidades estruturadas e demonstra como podem ser frutíferas as iniciativas de assegurar espaço para representações negras nos meios de comunicação.

Posterior à regulação é necessário entender de que forma se dá o processo de **produção**, uma vez que este eixo é estabelecido a partir do primeiro. Sendo assim, para entender o processo de produção do Nação foi realizada entrevista (ver anexo A) com a produtora, idealizadora do programa e jornalista Vera Cardozo. Segundo ela, a escolha das pautas históricas é estabelecida a partir de uma relação com datas de referência significativas para o Movimento Negro, como é o caso do episódio “Massacre dos Porongos” lançado em setembro de 2016, mês destinado as comemorações à Revolução Farroupilha e o dia do Gaúcho no Rio Grande do Sul. Neste episódio, o objetivo foi trazer o evento – em que um grande número de negros foi dizimado – como ponto de discussão, no sentido de, para além das comemorações tradicionais da semana “do gaúcho”, refletir sobre a atribuição dada à população negra naquele período.

Quando se trata de episódios sem o respaldo histórico de uma data, a produtora explica que então “a pauta é determinada mais pela viabilidade e facilidade de execução do que pela relevância” (CARDOZO, 2017), em função de o programa contar com uma equipe de trabalho reduzida que limita os mecanismos de produção – atualmente são seis pessoas envolvidas desde o processo de captação até a edição. Além disso, a produtora evidenciou que a demanda se torna muito grande, posto que o Nação é um espaço único a tratar, regularmente, de tema relacionado à história e cultura negra em grade de programação nacional (por meio da TV Brasil).

No que tange à estrutura, o Nação vai ao ar todas as sextas-feiras, às 21h30 na TVE-RS e aos domingos, às 19h, na TV Brasil. Sendo um programa semanal, Cardozo (2017) ressalta que a equipe trabalha com um cronograma de aproximadamente 15 dias para a captação do episódio. Contudo, por ter toda a gravação em externa, ou seja, fora de estúdio, esse tempo pode variar devido às condições climáticas, “mas o formato de documentário ou como uma grande

reportagem semanal nos levou a abrir o espaço para produções de terceiros que tenham afinidade com nossa linha editorial. Assim ganhamos um pouco mais tempo para produzir cada programa” (CARDOZO, 2017).

Os episódios do Nação apresentam uma estrutura semelhante entre si. O programa inicia com uma vinheta de abertura e nela são reconhecidas três imagens distintas: o mapa da África, um pedaço do mapa do Brasil e da África e, por fim, um menino negro; conforme são demonstradas as imagens abaixo (Figura 3).

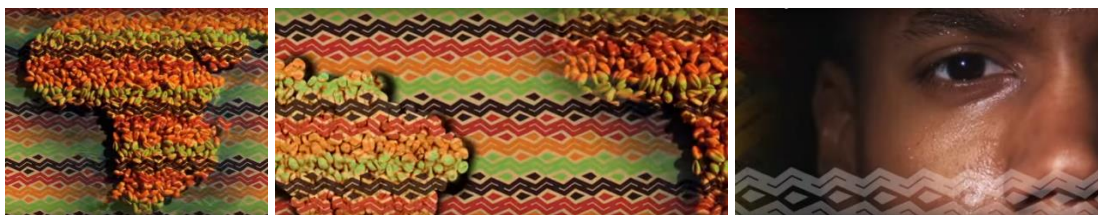


Figura 3 – Abertura do Nação: Mapa da África, Brasil e África e Sujeito Negro

Fonte: Frame Abertura Programa Nação

Com base na observação das três figuras apresentadas, nota-se um alinhamento direto na abertura com a temática proposta pelo programa, já que, a partir da análise delas, uma das interpretações possíveis é que a abertura do Nação reconstrói a trajetória do sujeito afro-brasileiro desde a Mãe África até o Brasil, remontando as relações históricas e culturais que permeiam o processo da identidade negra. Além disso, a trilha sonora que acompanha as imagens é uma mescla de instrumentos africanos, se sobressaindo o som do tambor, um dos principais instrumentos musicais africanos, utilizado em eventos e cultos religiosos e inicialmente também como forma de comunicação entre comunidades distantes, em razão da força sonora (FRANCISCO, 2015).

Em seguida à abertura, o Nação apresenta uma cena externa em que a apresentadora Fernanda Carvalho (no caso do “Mulheres Negras – 2013”) e Alan Barcellos (no “Especial Mulheres Negras – 2015”) introduz o assunto a ser desenvolvido. No entanto, quando o episódio é categorizado como especial ou uma reprodução audiovisual de outra produtora, geralmente a cena que prossegue à abertura é uma prévia do filme, peça, especial ou documentário apresentado. Por exemplo, no episódio “Mulheres Negras”, no primeiro quadro aparece alguns trechos do filme "Dandaras - A força da mulher quilombola", onde uma mãe de santo bate forte num tambor ao mesmo tempo em que profere um canto sobre o poder e a ancestralidade da

mulher negra. Posterior a esta cena se desenrola o enredo, a partir da entrevista¹⁵ de Fernanda com Maria Conceição e com organizadoras da Marcha, trechos de apresentações musicais e produções cinematográficas.

Ainda com relação à estrutura, a regularidade de cenas nos episódios do programa Nação deixa evidente como o fio narrativo se organiza, seguindo a ordem de introdução e apresentação do tema, depois uma transição para o desenvolvimento do assunto com entrevistas, imagens e audiovisuais, e uma passagem para o desfecho do episódio, em que a (o) apresentadora (o) se dirige aos telespectadores para deixar uma reflexão e um convite para o próximo episódio.

Outro aspecto importante para a análise é pensar o contexto político e econômico para entender as condições do modo de produção. Por exemplo, no que tange a incentivos fiscais, a TVE RS, como uma emissora pública, tem restrições nas possibilidades de captação e recebimento de recursos, no entanto, Cardozo (2017) explica que muitas vezes, o Nação disputa editais de incentivo à produção cultural negra. Atualmente, em 2017, o programa apresentou um episódio sobre o Projeto Gama, abordando a diversidade da música no Rio Grande do Sul e este contou com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado, a partir da seleção no edital Natura Musical Rio Grande do Sul.

Quanto ao contexto político, como já foi mencionado anteriormente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul extinguiu a Fundação Piratini, em conjunto com mais outras oito fundações, uma companhia e uma autarquia. Como gestora da TVE-RS, a revogação da Fundação Piratini reflete em incertezas quanto ao futuro dos programas da emissora. Cardozo (2017) explica que tanto o Nação quanto outros programas da emissora estão trabalhando por força de uma liminar da Justiça do Trabalho e não se sabe ao certo por quanto tempo ainda. Uma vez que ele acabe, a TVE RS passa a estar vinculada diretamente a Secretaria de Comunicação do Governo, perdendo o caráter público e passando a ser um canal estatal com faixa de programação terceirizada.

No governo atual, as condições de trabalho foram bastante prejudicadas pelas reduções de custos que resultaram em diminuição de pessoal, de horas de trabalho e também na impossibilidade de muitos deslocamentos, ou seja, atualmente produzimos bem menos e com menor qualidade do que três anos atrás (CARDOZO, 2017).

A decadência na elaboração do programa, por conta do contexto político que a TVE-RS está vivenciando, já é sentido pela equipe de produção. Assim, é importante ainda refletir sobre o Nação ser um programa único, nacionalmente, por sua proposta e, se vir a deixar de existir,

¹⁵ A entrevista citada será apresentada melhor na categoria de “Conteúdo das Apresentações e Entrevistas”.

simboliza uma perda representativa às lutas contra o racismo e pela valorização da população negra, posto que se propõe a ressignificar a história regional e nacional a partir de uma perspectiva negra.

O marco da produção, proposto por Du Gay et al. (1997), como dito anteriormente, materializa o formato das práticas sociais, se atendo principalmente às condições que o produto cultural é formado. Assim, os principais aspectos da estrutura, entrevistas e contexto apresentados foram considerados essenciais para poder entender, posteriormente, a representação dos processos identitários que está sendo analisada neste estudo. Em todo o caso, levando em consideração os eixos de regulação e produção, já se pode elaborar uma primeira crítica sobre a forma como as políticas de inclusão racial e demandas das minorias sociais são tratadas pelo governo no país, afinal, não se pode pensar ingenuamente que a (possível) futura reformulação da TVE RS vai continuar atendendo às necessidades dos grupos sociais e movimentos populares e de minorias, ao invés de priorizar ações governamentais.

Este adendo é muito importante, principalmente pensando a identidade cultural formada a partir de lutas sociais simbólicas (WOODWARD, 1999) que reproduzem ou transformam as relações de dominação. Neste caso, os sujeitos sociais que compõem e produzem o Nação demarcam um espaço contra hegemônico no veículo de comunicação televisivo. A partir desse entendimento, pode-se adentrar ao próximo eixo analisado, da representação.

A instância da **representação** no circuito se une a proposta operacional de Casetti e Chio (1999, p. 252) em que:

Se trata de un esquema que se articula em dos fases. En la primera se realizan una serie de operaciones preliminares: se subdivide el programa en segmentos, éstos se enumeran y se describen y se compila un mapa de los sujetos y de todos los elementos presentes. Por el contrario, en la segunda fase se ponen de relieve los posibles nudos textuales que se tomarán en consideración.

Dessa foram, a partir do *corpus* do estudo, procurou se destacar quatro categorias: desenvolvimento narrativo, cenas de transição, mulheres negras e conteúdo das apresentações e entrevistas. Antes de adentrar a elas, portanto, é necessário inicialmente trazer a descrição dos episódios escolhidos: “Especial Mulheres Negras – 2013” e “Mulheres Negras – 2015”. Cardozo (2017) reforça que a ideia de ambos partiu de demandas dos movimentos sociais e por isso, cada um dos episódios apresenta como pano de fundo ações e símbolos de resistência e luta do Movimento de Mulheres Negras.

O “Especial Mulheres Negras” foi lançado em 12 de agosto de 2013, baseado no livro *Mulheres Negras na Primeira Pessoa*, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do

Brasil (AMNB), representada no Rio Grande do Sul pela Maria Mulher – Grupo de Mulheres Negras¹⁶ e traz o relato de 20 negras, de nove estados brasileiros. São “quilombolas, nordestinas, sulistas, entre outras, urbanas ou não, cujas trajetórias sensibilizaram as organizações membros da AMNB, que as indicou para simbolizarem a luta das mulheres negras no Brasil” (GELEDÉS, 2012). Apesar da temática deste episódio é importante a ressalva de que o programa foi conduzido por um homem, o apresentador e jornalista Alan Barcelos.

No episódio “Mulheres Negras” lançado em 25 de novembro de 2015, a condução do programa passa a ser da jornalista Fernanda Carvalho. Partindo da 1ª Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, que aconteceu em 15 de novembro do mesmo ano e foi organizada por diversos coletivos negros da capital, é narrada uma trajetória de empoderamento e (re)afirmação da identidade da mulher negra, a partir da característica central da articulação militante da marcha.

Com o objetivo de empoderar mulheres e homens negros por meio do reconhecimento dos traços negros, a 1ª Marcha do Orgulho Crespo do Brasil aconteceu em São Paulo, no dia 26 de julho em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Segundo a organização, o movimento buscava a valorização da identidade e da ancestralidade negra, representatividade, autoestima, livre expressão do cabelo natural e o empoderamento da mulher negra na sociedade. Apoiadas nisso e impulsionadas pelas redes sociais, foram articuladas marchas por todo o país que reuniram diversas militantes sociais em prol da beleza negra. A marcha chamou atenção para a quebra dos padrões estéticos eurocêntricos, ainda mais considerando a fragilidade da autoestima das negras e negros.

Nesse sentido, o episódio “Mulheres Negras” utiliza a Marcha do Orgulho Crespo e a tomada às ruas – como organização de luta das mulheres negras por manifestação de beleza, existência e luta coletiva – para construir o fio narrativo.

Feita essa breve apresentação dos dois episódios que compõem o *corpus*, o estudo avança para o aprofundamento da análise, enfocando nos principais elementos para interpretar como se dão as representações da mulher negra. Ainda, para facilitar a compreensão utiliza-se a terminologia EP1 ao tratar do episódio “Especial Mulheres Negras” e EP2 quando se referir ao capítulo “Mulheres Negras”.

¹⁶ O Maria Mulher – Grupo de Mulheres Negras foi criado em 8 de março de 1987 e contribui para a melhoria da vida de mulheres, em especial mulheres negras em Porto Alegre. Tem sua história de atuação fortemente relacionada à Vila Grande Cruzeiro do Sul. Disponível em <<http://www.mariamulher.org.br/index.php/sobre-nos>> Acesso em 19 abr. 2017.

4.1 DESENVOLVIMENTO DA NARRATIVA

O EP1 inicia com uma apresentação do Coletivo Negração¹⁷ em que se observam sete mulheres negras em círculo cantando um trecho da montagem artística “Iyas, Anônimas Guerreiras Brasileiras¹⁸”, um símbolo de resistência imortalizado nas mentes de militantes de movimentos negros:

Luiza Mahin chefe de negros livres.
E a Preta Zeferina exemplo de heroína
Aqaltune de Palmares, soberana quilombola
E Felipa do Pará, negra, ginga de Angola
África liberta em suas trincheiras
Quantas anônimas guerreiras brasileiras (SANTANA, 2016).

Revelado neste momento, muito além da temática do programa, também está a identidade de anônimas mulheres negras brasileiras. Posterior a este trecho, aparece o apresentador e jornalista Alan Barcellos introduzindo o tema; no discurso ele reforça a opressão de gênero e raça que a mulher negra sofre e explica que o Nação vai mostrar a história de duas personagens do livro *Mulheres Negras em Primeira Pessoa*. Logo após, o apresentador faz uma breve síntese do livro, ressaltando a importância como um instrumento de empoderamento, principalmente para as mulheres negras. Em seguida aparece a primeira negra do episódio, a coordenadora do *Maria Mulher*, Maria Conceição Fontoura, com o primeiro relato do livro.

Após a fala de Maria Conceição e antes da apresentação da primeira personagem, Junara Ferreira, o capítulo apresenta uma cena de transição em que aparece uma frase de resistência, narrada pela segunda protagonista do episódio – e também personagem do livro. Posterior a isso, o fio narrativo segue um eixo padronizado, em que as mulheres negras relatam sobre a própria trajetória de vida e nuances da militância negra, sendo de quando em quando, intercaladas cenas de transição com performances teatrais do Coletivo Negração.

Já o EP2, como dito anteriormente, por se tratar também de um especial, inicia com uma cena do filme “Dandaras – A Força da Mulher Quilombola”, em que a mãe de santo de um quilombo de Minas Gerais bate forte num tambor ao mesmo tempo em que profere um canto

¹⁷ Um coletivo da UFRGS que luta pelas pautas da negritude, dentro e fora da universidade. Teve como marco o "20 de setembro" em 2012 onde reivindicam a errata – "Povo que não tem virtude acaba por escravizar" - ao hino do Rio Grande do Sul. Debate temas sobre a produção de conhecimento voltada às demandas do povo negro e trabalhador; Ações Afirmativas – uma conquista do movimento negro e estudantil, mas que necessita de debate sobre a permanência e assistência dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas; o combate ao racismo institucional que oprime negras e negros que frequentam nossa universidade. Disponível em < <http://coletivonegracao.blogspot.com.br/>>. Acesso em 19 abr. 2017.

¹⁸ Montagem encenada por Luiza Bairros em conjunto com o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, na década de 1980, com direção de Antônio Godi e Firmino Pitanga.

sobre o poder e a ancestralidade da mulher negra. Em seguida, o episódio introduz o tema com uma externa da apresentadora. Novamente são intercaladas cenas de transição entre as perguntas de Fernanda Carvalho com as entrevistadas.

Assim como o EP1, o EP2 segue uma lógica narrativa bastante regular, normalmente intercalando cenas de transição toda a vez em que o episódio muda o direcionamento das perguntas às personagens. Além disso, outro ponto em comum quanto ao desenvolvimento do enredo é que ambos capítulos finalizam com uma artista negra realizando uma performance musical. No EP1 a apresentação acontece em um bar com caráter mais popularesco e no EP2, a cantora está em um palco do que assemelha ser um teatro ou auditório.

É interessante destacar que, apesar de o fio condutor dos episódios ser bastante semelhante entre si, no EP1 as cenas de transição têm um caráter complementar e reforçam elementos das falas e depoimentos das personagens, enquanto no EP2 estas agem mais como um encerramento de um trecho da narrativa para o que seria uma próxima parte, ficando assim, perceptível estas quebras.

4.2 CENAS DE TRANSIÇÃO

Esta categoria evidencia os elementos de transição dos dois episódios, descrevendo as cenas, interpretando como elas se relacionam com o todo do capítulo e legitimam ou reforçam a narrativa. Casetti e Chio (1999) caracterizam essa categoria por quatro aspectos: a) características da intervenção do autor; b) controle dos espaços; c) relação entre as cenas; e d) estrutura do espaço de transição. Para este estudo, a categoria “Cenas de Transição”, se molda a característica da “relação entre as cenas”, uma vez que esta abrange a condução do episódio e os textos verbais, dois elementos fundamentais para a análise desta pesquisa. Assim, compreendendo como esta categoria se relaciona com o todo da dimensão cultural da representação, pode-se avançar na análise.

O EP1 tem um total de nove cenas de transição, dessas sete são formadas por uma apresentação artística do Coletivo Negração, filmadas em externa. Como dito anteriormente, este capítulo abre com sete integrantes do coletivo, em círculo, cantando “Iyas, Anônimas Guerreiras Brasileiras”. Assim, a produção do programa, em conjunto com as militantes, optou por, em cada uma das sete cenas de transição que compõem a apresentação artística, destacar uma das integrantes do Negração, de modo a reforçar os traços negroides e o poder das vozes de cada uma das mulheres negras, no mesmo momento em que protagoniza uma delas, passando pelas sete integrantes.

Quanto às outras duas cenas de transição apresentadas, uma delas traz imagens da capa do livro “Mulheres Negras em Primeira Pessoa” – obra que inspirou a criação do episódio –, enquanto simultaneamente se ouve a voz do apresentador Alan Barcelos narrando uma breve sinopse do livro e evidenciando a importância deste para o empoderamento de mulheres negras. Já a outra cena (cena 9) de transição descrita posteriormente poderia ser considerada parte integrante do episódio pelo tempo de duração, porém a análise aqui apresentada interpretou ela como uma cena de transição, no sentido em que quebra o eixo narrativo padrão. Além disso, considerou-se a inserção como um fechamento para o capítulo, não se relacionando, necessariamente, de modo direto ao EP1; uma vez ainda que não faz parte do núcleo central do episódio, ou seja, a história e depoimentos das personagens do livro.

Dessa forma, para melhor compreensão das cenas de transição, optou-se por criar um quadro em que estão presentes: a ordenação da cena, a descrição e o tempo de duração. A escolha por estes aspectos se deu para facilitar o processo de análise, posto que, para este estudo, estes são elementos fundamentais para entender como as cenas de transição se relacionam com a representação das mulheres negras. Assim, essas características podem ser observadas de forma resumida no Quadro 1.

Quadro 1 – Cenas de transição do “Especial Mulheres Negras” (EP1)

(continua)

CENA DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO DA CENA	DURAÇÃO
Cena 1	Coletivo Negração cantando “Iyas, Anônimas Guerreiras Brasileiras”. As mulheres estão em círculo, cantando umas para as outras. À medida em que o canto encerra, elas abrem o círculo e uma delas se dirige a câmera e profere um trecho da música “Mulheres Negras” da cantora Yzalú	1’27”
Cena 2	Imagens do livro “Mulheres Negras em Primeira Pessoa”, enquanto o apresentador conta a história da obra	21”
Cena 3	A tela fica escura e aparece uma frase (de uma das personagens apresentadas no episódio).	18”
Cena 4	Uma das integrantes do coletivo Negração está com um espelho na mão e se observa no reflexo enquanto entoia mais um trecho da música “Mulheres Negras”. A câmera se afasta do espelho e então, a integrante encara a câmera e narra mais um trecho da música.	18”
Cena 5	Outra integrante passa diante da câmera interpretando mais um trecho da música de Yzalú.	10”
Cena 6	Uma integrante do coletivo caminha em direção a câmera enquanto fala apresenta mais um pedaço da música.	10”

Quadro 1 – Cenas de transição do “Especial Mulheres Negras” (EP1)

(continuação)

CENA DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO DA CENA	DURAÇÃO
Cena 7	Outra integrante do coletivo caminha em direção a câmera, olhando diretamente para ela enquanto traz mais um trecho da música.	10’’
Cena 8	A integrante do Negração está parada olhando para a câmera e à medida em que vai interpretando mais uma estrofe da música caminha em direção à câmera.	9’’
Cena 9	Nesta cena, uma das integrantes entoia uma parte da música de Yzalú, enquanto se aproxima da câmara, as demais integrantes estão presentes e se abraçam a primeira unindo as vozes em mais um trecho da música.	15’’
Cena 10	A cantora Marietti Fialho está em um bar se apresentando para um público majoritariamente negro. A primeira canção é “Tributo a Martin Luther King” de Wilson Simonal, posteriormente ela canta “Caprichos” de Mano Borges e, por fim, “Maria da Penha” dos cantores Paulinho Rezende e Evandro Lima. A câmera intercala entre a cantora e o local, explorando todo o espaço.	10’51’’

Fonte: Elabora pela própria autora.

Levando em consideração as cenas de transição apresentadas, percebe-se primeiro que todas elas são compostas ou fazem referência a mulheres negras, ratificando nestas imagens a temática do episódio. Dentre elas, a única cena que quebra a regularidade do EP1 é a cena 2, em que é narrada pela voz masculina do apresentador. Em contrapartida, outra observação importante, é que apesar disso e comparando aos outros episódios do Nação, esta cena de transição é a única que tem a participação de Alan Barcellos.

Pode-se notar também que as cenas de transição se complementam, uma vez que, a maior parte delas é uma apresentação artística do coletivo Negração, elas conseguem criar um diálogo que é intercalado pelos relatos das personagens principais. Mesmo sendo cenas de transição, cada uma delas re(afirma) traços da identidade da mulher negra, seja por meio das características fenotípicas das integrantes do coletivo, seja pela interpretação dos trechos escolhidos da música “Mulheres Negras” da cantora Yzalú.

Ainda sobre esta categoria para o EP1, observa-se que a cena final tem quase dez minutos de duração. Nela são cantadas três músicas: “Tributo a Martin Luther King” de Wilson Simonal, “Caprichos” de Mano Borges e “Maria da Penha” dos cantores Paulinho Rezende e Evandro Lima. As três canções interpretadas por Marietti Fialho, falam sobre negritude e, dessa forma, pode-se observar três características bastante distintas em cada uma delas. A primeira,

“Tributo a Martin Luther King”, evidencia o movimento negro num cenário geral, enfocando as lutas e o empoderamento; em “Caprichos”, a letra da música reforça os traços do corpo negro ratificando o orgulho do *ser* negro, e por fim, em “Maria da Penha”, apesar de não ser uma música que conta a história de uma negra, mas de mulheres no geral, o foco fica na resistência diante dos homens.

Por esta perspectiva, a cena 9, considerada aqui como uma cena de transição/fechamento do episódio, apresenta uma narrativa que se explica por si só, mas ao mesmo tempo, através das características principais apresentadas, também dialoga com o desenvolvimento da narrativa e os conteúdos das apresentações e entrevistas de todo EP1, como será visto mais adiante na análise das próximas categorias.

Conforme dito anteriormente, parte-se para apresentação das cenas de transição do EP2. Diferente do EP1, elas não são produções artísticas, mas constituem inserções visuais, como trechos do documentário “Dandaras – a força da mulher quilombola” e imagens da Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, fazendo referência ao ponto de partida para a produção deste episódio.

Quadro 2 – Cenas de transição do “Mulheres Negras” (EP2)

(continua)

CENA DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO DA CENA	DURAÇÃO
Cena 1	Um trecho do documentário “Dandaras – A força da Mulher Quilombola” em que uma mãe de santo aparece batendo em um tambor. Logo ela para de bater e começa a conversar com a câmara contando a história da escravizada Anastácia	1’06’’
Cena 2	Vídeo da 1ª Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, várias mulheres negras marchando, empunhando bandeiras e faixas	14’’
Cena 3	Trecho do documentário em aparecem Dona Sebastiana (mãe de santo e mulher quilombola) conversando diretamente com a câmera e Maria Aparecida, também quilombola, olhando para o entrevistador	24’’
Cena 4	Na cena aparecem as criadoras da websérie “Empoderadas”, Joyce Prado e Renata Martins explicando o propósito da produção. Logo em seguida aparecem trechos da websérie, enquanto a voz da apresentadora complementa a informação.	2’36’’
Cena 5	Vídeo da 1ª Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, pode se perceber a presença também da apresentadora marchando com outras mulheres negras	20’’

Quadro 2 – Cenas de transição do “Mulheres Negras” (EP2)

(continuação)

CENA DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO DA CENA	DURAÇÃO
Cena 6	Imagens da 1ª Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, enfocando mais na organização, mulheres negras tendo seus rostos pintados por simbologia que remonta a ancestralidade das rainhas africanas. A voz da apresentadora fala sobre o movimento no país, logo aparece um gráfico ilustrativo com o mapa do Brasil e ilustrações da apresentadora avançando pelos estados brasileiros	26’’
Cena 7	Imagens da Marcha enfocando agora nos diferentes tipos de cabelo afro ao som “Respeitem Meus Cabelos, Brancos” de Chico César	38’’
Cena 8	Imagens da 1ª Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver em Brasília. Enquanto isso, a apresentadora narra sobre a caminhada histórica na Explanada dos Ministérios	25’’
Cena 9	Cena da série “Empoderadas”, em que a artista cênica Thais Dias fala sobre as representações da mulher negra no teatro	1’20’’
Cena 10	Cena da série “Empoderadas”, em que Thais Dias fala da criação do Coletivo Negro, no qual ela é uma participante	57’’
Cena 11	Fotos de mulheres negras na marcha enquanto a apresentadora faz um texto de fechamento, explicando onde estão as mulheres negras no país	59’’
Cena 12	Cena da série “Empoderadas”, em que Thais Dias apresenta um musical em um teatro	1’27’’

Fonte: Elabora pela própria autora.

As cenas de transição do EP2, em sua maioria, são fotografias e vídeos da 1ª Marcha do Orgulho Crespo de Porto Alegre. Observa-se que algumas vezes as imagens vêm acompanhada da voz da apresentadora Fernanda Carvalho, em outras, de músicas ou trilhas instrumentais. Além disso, neste episódio, as cenas de transição são utilizadas para demarcar quebras no eixo narrativo central, uma vez que elas são inseridas, geralmente, para iniciar uma nova pergunta da apresentadora para as entrevistadas.

As cenas 1 e 3, compostas por trechos do documentário “Dandaras – A Força da Mulher Quilombola”, apresentam Dona Sebastiana, uma senhora de 82 anos. Como cena de transição, o Nação utiliza estes trechos para demarcar também a força da mulher afro-brasileira. Historicamente, em muitas comunidades da África, a presença da mulher é considerada

matrilinear, ou seja, nesta perspectiva a ascendência materna é a mais importante. Para Ferreira (2016, p. 3) a sociedade matrilinear:

(...) os membros familiares sempre seguem a linhagem feminina através da filha mais nova. A vida familiar rodeia a avó, que vive com suas filhas não casadas e sua filha mais nova (e se essa tiver filhos consequentemente a sua neta mais nova também). A filha mais nova por ser a responsável por passar a linhagem familiar, nunca sairá da casa da mãe mesmo casada e mais tarde se tornara o centro da família. Já os homens que moram na casa da família da mulher passam a maioria do tempo, senão todo, na casa de sua mãe e irmãs, essa prática é chamada de *duolocal marriage* no qual os homens vivem nas casas de sua mãe e de sua mulher. (grifos da autora)

Percebe-se que esta relação ainda hoje faz parte da realidade de muitas famílias negras, em que a mãe tem um papel bastante significativo na organização familiar. Dessa forma, apesar de ser uma cena de transição, as inserções de trechos do documentário “Dandaras – A Força da Mulher Quilombola” precisam ser analisadas em consonância com o todo do episódio, ou seja, apesar de a narrativa ser construída a partir da trajetória atual de mulheres negras, nem por isso o EP2 não se desvincula da ancestralidade da mulher africana.

Muito embora as cenas de transição, por assim dizer, sejam passagens de um ato para o outro, é nítida a escolha de imagens que criem sentido de identificação para os telespectadores, uma vez que nestas cenas são demarcadas representações dos processos identitários de mulheres negras em diferentes situações. Por exemplo, assim como o EP1, este capítulo encerra com uma apresentação musical, porém, no caso do EP2, a apresentação é uma cena coletada da websérie “Empoderadas”. Muito embora sejam contextos sociais bem diferentes – no EP1 a cantora Marietti Fialho esteja num bar e no EP2 a atriz Thais Dias esteja num palco de um teatro – ambos episódios finalizam com canções que reforçam e (re)afirmam a resistência de mulheres negras.

Percebe-se ainda, em se tratando de uma categoria da dimensão cultural da representação, que as cenas de transição, tanto do EP1, quanto do EP2, estão alinhadas ao eixo principal das representações negras, sendo por vezes complementares a narrativa central. Analisar as cenas de transição se tornou bastante relevante no estudo, uma vez que como parte integrante da produção dos episódios é nítido que foram selecionadas cuidadosamente, para complementar e demarcar quebras sutis do depoimento das personagens centrais, de forma a não serem reduzidas apenas como elementos de passagem de uma cena para outra. Nesse sentido, por si só as cenas de transição descritas acima conseguiriam criar um conjunto de significações no todo da narrativa.

4.3 MULHERES NEGRAS

A categoria aqui apresentada traz os sujeitos e interações, Casetti e Chio (1999, p. 252) caracterizam pela:

a) densidad de los sujetos en el tiempo (por segmento) y también en la espacio; b) estilo del comportamiento de los sujetos (en base en su roupa, su mímica, su proxémica, su dislocación espacial, etc.): formal/informal, autoritario/confidencial, variado/repetitivo...; c) función de los sujetos en el desarrollo del programa y sus respectivos roles narrativos.

Deste modo, para realizar a análise neste estudo, optou-se pela categoria interpretando principalmente quem são as mulheres negras apresentadas, como elas se comportam e qual a relação dessas entre si. Muito embora no EP1, com exceção do apresentador, todas as outras presenças sejam femininas, é importante evidenciar que a produção deste capítulo, nesse sentido, foi diferente. Uma vez que, se analisado outros episódios do programa Nação (além dos selecionados para este estudo) é frequente o apresentador fazer, no mínimo duas aparições, a primeira em que apresenta a temática e posteriormente uma de fechamento do capítulo, neste capítulo Alan Barcelos aparece uma única vez no início. Ao se propor a criar um episódio sobre mulheres negras, a produtora Vera Cardozo (2015) levou em consideração também por primar pelo protagonismo das negras.

Por isso, a categoria de “Mulheres Negras” contempla apenas as personagens femininas da narrativa, posto que a presença de Alan Barcellos é bastante discreta e restrita. Assim, ao analisar o EP1 se percebeu que ao todo são apresentados quatro núcleos de mulheres negras: Maria Conceição Fontoura, as personagens do livro (Junara Nascente e Marilza Sito), as integrantes do Coletivo Negração e a cantora Marietti Fialho. A primeira observação é que os dois primeiros núcleos têm relação direta com o livro, sendo Maria Conceição coordenadora do Maria Mulher, representante no Rio Grande do Sul da Articulação de Organizações de Mulheres Negras, que é a organizadora do livro; e Junara e Marilza duas personagens gaúchas que tem parte de sua vida descrita no livro. Já as integrantes do coletivo e a cantora que aparece no fechamento do episódio são complementares a narrativa, estando incluídas na análise como sujeitos na categoria das “Cenas de Transição”.

Neste sentido, durante todo o episódio o Nação procurou elaborar a narrativa a partir do Rio Grande do Sul, priorizando no eixo principal duas perspectivas:

- a) Maria Conceição com o viés de quem elaborou o livro: em sua única aparição no episódio, a fala é voltada para a forma como ele foi construído, como é composto e sobre a importância do livro para outras mulheres negras, principalmente.
- b) Das personagens: as personagens Junara e Marilza aparecem 11 e 10 vezes, respectivamente, na composição do EP1. As falas são diretamente voltadas para o telespectador, uma vez que ambas estão olhando fixamente para a câmera e a presença de um entrevistador está completamente oculta. Além disso, percebe-se que Junara conta sua perspectiva como filha, relatando sobre sua família e vida profissional, enquanto Marilza traz uma perspectiva de mãe, falando bastante de suas filhas.

O fato de Junara ser uma “filha” e Marilza ser uma “mãe”, no contexto do conteúdo das apresentações e entrevistas – que será aprofundado na próxima categoria –, uma observação essencial para entender as representações geradas pelo EP1 é que muitas vezes as duas personagens se relacionam entre si, ou seja, apesar de estarem em locais diferentes e a coleta de informações ter sido em momentos diferentes, ocasionalmente, aparece uma conexão entre o diálogo destas duas mulheres negras.

Além disso, no que tange a dimensão cultural da representação, nota-se que as personagens do EP1 são mulheres negras comuns, presente ali apenas narrando trechos da sua história vida, que perpassam da infância à juventude, com toques sutis do despertar da consciência negra, cada uma em seu contexto social. O ambiente informal em que os relatos estão sendo narrados causa uma sensação de familiaridade e proximidade com as personagens, seja na linguagem que elas utilizam, seja pela postura de forma simplistas e descontraídas. Já as mulheres negras que compõem a categoria das “Cenas de Transição” – integrantes do Coletivo Negração e a cantora Marietti Fialho – tem suas aparições de forma selecionada por apresentações performáticas que complementam o eixo principal da narrativa. Como a participação delas se encaixa melhor em “Conteúdo das falas e apresentações”, será desenvolvido mais acerca destas nessa categoria.

Já no EP2, as personagens da narrativa central são consideravelmente diferentes, tanto nas aparições quanto no conjunto do episódio. Levando em consideração que o mote do EP2 parte da 1ª Marcha do Orgulho Crespo de Porto Alegre, ou seja, de um cenário de ação, percebe-se que as personagens apresentadas também têm uma postura de movimento, intervenção. Além disso, ao contrário do EP1, neste a apresentadora Fernanda Carvalho se faz fortemente presente, por oras como entrevistadora, por oras como agente ativa no movimento.

Neste capítulo são apresentadas ao todo quatro personagens:

- a) Maria Conceição Fontoura: também participante do EP1, é agora diretora técnica do Maria Mulher. Está em uma sala com a apresentadora e olha sempre, diretamente para Fernanda Carvalho, apesar de muitas vezes Fernanda não estar também enquadrada na imagem. Ao longo do episódio tem nove aparições.
- b) Débora Santos: uma das organizadoras da Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre. Está de pé, com o rosto pintado¹⁹, usa adornos característico da cultura africana no pescoço e nas orelhas, o cabelo *black power* está solto. Se posiciona quase de perfil diante da câmera, destacando bastante alguns traços fenotípicos como o nariz e os lábios. Aparece uma única vez.
- c) Suellen Rodrigues: também organizadora da Marcha em Porto Alegre. Está com uma pintura facial, o cabelo está trançado e usa um turbante aberto na cabeça. Está posicionada em frente a um painel onde pode ser observado um grafite de uma mulher indígena. Aparece uma única vez. Nesta cena, a apresentadora Fernanda Carvalho também está enquadrada, de perfil.
- d) Irisch Nunes: outra organizadora da Marcha em Porto Alegre. Está quase de frente para a apresentadora. Está usando a camiseta da marcha e traz o cabelo *black power* solto. Aparece uma única vez. Uma parte do cabelo da Fernanda também aparece na cena.

Pela quantidade de vezes que cada uma das entrevistadas aparece nota-se inicialmente que a narrativa é construída em torno de Maria Conceição, uma vez que esta tem nove aparições em relação às organizadoras da Marcha. De acordo com isso, chega-se à conclusão que a personagem Maria Conceição é escolhida para aparecer mais durante todo o EP2 porque ela é a fonte oficial²⁰ de todo o episódio.

Em cada surgimento das personagens é evidente o destaque que é dado para os traços fenotípicos das mulheres negras e também para os adereços comuns na cultura africana utilizado por elas, como, por exemplo, brincos, colares, turbante e pintura facial. Nesse sentido se torna importante ainda destacar que estes elementos, tanto fenotípicos quanto culturais, compõem a identidade negra. Woodward (1999, p. 09-10) afirma que a identidade é demarcada por meio de símbolos, por isso “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa [...] assim, a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social”

¹⁹ Segundo Maisonnettara (2013), a pintura facial é um componente de tradição da cultura africana. Em muitas tribos, a pintura facial representa a própria identidade dentro da tribo, por vezes, assume a ligação com os antepassados.

²⁰ Na classificação de Lage (2001), as fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por instituições ligadas ao Estado ou por empresas e organizações. No meio jornalístico são tidas como as mais confiáveis.

(grifo da autora). Dessa forma se torna evidente a intenção do Nação no EP2 de trazer uma representação negra calcada na dimensão simbólica, além dos discursos e das práticas sociais apresentadas nas imagens da Marcha.

4.4 CONTEÚDO DAS APRESENTAÇÕES E ENTREVISTAS

A categoria presente dá conta das falas e depoimentos contidos nas apresentações e entrevistas dos EP1 e EP2, a fim de entender de que forma a linguagem converge para as representações dos processos identitários da mulher negra. Para melhor compreensão da forma como foram analisados estes conteúdos, optou-se pela separação em quadros.

No caso do EP1 são trazidos, primeiramente, dois quadros. Um que apresenta as falas compostas na narrativa principal, por Junara Nascente e Marilza Sito (ver quadro 3) e o outro mostra o conteúdo das cenas de transição (ver quadro 4), marcado pela performance do Coletivo Negração. Já para o EP2, foram apresentadas apenas as falas de Maria Conceição e das organizadoras da Marcha (quadro 5 e 6, respectivamente).

Quadro 3 – A análise do conteúdo das entrevistas para EP1

(continua)

Bloco 1: Apresentação	As personagens estão diante da câmera e se apresentam para o telespectador, dizendo sinteticamente quem são e o que fazem.
Bloco 2: Vida Familiar (Infância)	Tanto Junara quanto Marilza falam sobre a vida familiar na infância.
Bloco 3: Vida Profissional	As personagens relatam sobre a vida profissional, sendo Marilza cozinheira e trabalhadora doméstica e Junara enfermeira.
Bloco 4: O Despertar	Junara aparece sozinha nesse bloco e conta sobre o início da militância dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde cursou a graduação.
Bloco 5: Resistência	Marilza fala sobre ser a única mulher em casa e os reflexos do machismo e Junara conta sobre a dificuldade em levar as demandas da população negra para espaços majoritariamente brancos.

Quadro 3 – A análise do conteúdo das entrevistas para EP1

(continuação)

Bloco 6: Ser Mulher Negra	Marilza evidencia que passou para as filhas sobre ser negra na sociedade e Junara fala sobre a representação das mulheres negras na sociedade e da importância de ressignificar elas.
----------------------------------	---

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Ao analisar o conteúdo das apresentações e entrevistas das personagens no Bloco 1 percebe-se um discurso bastante voltado para a consciência de ser negra e as dificuldades que isso representa num país como o Brasil. Marilza começa seu depoimento com “tenho uma história de vida como muitas das negras, então foi uma caminhada difícil desde criança”. Logo nesse trecho percebe-se que o que virá no depoimento dela é também realidade de muitas outras mulheres negras pelo Brasil. Além disso, fica evidente a demarcação do lugar de fala da personagem e a compreensão da diferença nas condições de vida por ser negra. Em consonância à fala de Marilza, Junara, moradora do bairro Restinga, afirma que “mais ou menos no final da década de 60, início dos anos 70, uma população que morava na região central de Porto Alegre foi retirada para esse bairro e essa população se caracterizava por ser na grande maioria negra e de baixa renda”. Nesse sentido percebe-se que assim como Marilza, Junara também tem consciência dos reflexos do racismo que vivencia diretamente, sendo morado de um bairro majoritariamente negro, na periferia de Porto Alegre.

No Bloco 2, Junara e Marilza relatam sobre aspectos da infância e juventude. Analisando o discurso de ambas é notável a semelhança entre a realidade adversa que tiveram, vivendo pouco a infância para assumir funções domésticas desde muito cedo. Junara ressalta ainda que “Meu pai, quando se mudou para a Restinga, ele acabou se tornando alcoólatra e dentro disso a nossa família passou por bastante dificuldade, pela questão do alcoolismo e da violência”, evidenciando que a mudança do centro para um bairro periférico e majoritariamente de baixa renda resultou na doença física e mental do pai. Marilza encerra esse bloco concluindo o que ela passou para suas filhas, o que ela aprendeu sobre trabalhar cedo e estudar, “que é a única forma de vencer tudo isso, vencer o preconceito e vencer as diferenças”.

Posterior a isso, no Bloco 3: Vida Profissional, Junara conta que por muito tempo ficou envolvida com a saúde do pai e por isso, teve que secundarizar o estudo e a construção da carreira. Foi apenas quando o pai faleceu e com o incentivo da mãe que ela volta a estudar: “minha mãe dizia que essa era a única forma da gente ter uma mobilidade social”. Marilza

reforça que suas filhas estão na universidade e nunca deixaram de lutar contra o racismo, direcionando suas pesquisas a isso. Percebe-se neste bloco que o estudo para as personagens é uma possibilidade de mudança na condição de vida e, além disso, a descoberta do racismo dentro da universidade cria um sentimento de resistência, uma necessidade de luta. Em seu depoimento, Marilza deixa evidente que não conseguiu dar continuidade aos estudos devido ao fato de ser apenas elas e as filhas e isso demandava tempo, porém destaca também que agora que elas estão encaminhadas, o desejo é voltar a estudar. Nesse trecho do depoimento de Marilza é percebido o sentido de emancipação, especialmente por meio do estudo.

No Bloco 4, Junara aparece sozinha e evidencia as inquietações quanto ao racismo dentro da universidade: “fomos convidados para participar de uma reunião (...) em que um professor cabo verdiano chamou uma reunião para conversar sobre as desigualdades que a gente via dentro da universidade”. A partir disso, Junara começa a militância no movimento negro. Uma das propostas incansáveis do coletivo, em 2007, foi finalmente aprovado na UFRGS que é a implementação das cotas de ações afirmativas.

A resistência permeia os depoimentos no Bloco 5: Marilza conta que viu “que não foi só minha vó, minha mãe, minhas tias também passaram pelo mesmo processo de trabalho, separação... mas todas lutaram e venceram”, evidenciando questões que envolvem a afetividade da mulher negra. Como dito anteriormente, às mulheres negras, ao longo dos anos, foram dados os trabalhos de menor prestígio e a luta por melhoria nas condições sociais se tornaram necessárias. Nesse sentido, Junara conta sua experiência de estágio na UTI, que por consenso está no topo da hierarquia assistencial dos hospitais, e as diversas formas de opressão que passou lá dentro por ser mulher negra: “quando eu saí para ir para outro setor, aonde eu queria estar, fui surpreendida por uma fala que eu tinha sido uma surpresa muito boa ali dentro. E daí eu fiquei pensando, como assim uma surpresa muito boa? Se todos que estão ali acabam desenvolvendo habilidades ao nosso trabalho de enfermeira”.

No último bloco analisado, Marilza reforça o que tentou passar para as filhas “quanto a cor da pessoa, porque a nossa diferença é só na cor porque no resto somos todos iguais”, enquanto a fala de Junara traz à baila a representação das mulheres negras nas telenovelas e todos os estigmas e estereótipos a que estão submetidas essas representações e a importância em ressignificar essas histórias: “porque nós mulheres negras podemos ser qualquer coisa, podemos ser uma mulher bem-sucedida, uma mulher que está buscando, uma mulher que trabalha, uma mulher que tem família”. O fechamento do EP1 é um bloco que fala sobre mulheres negras e retoma as discussões geradas ao longo de todo o capítulo, evidenciando a importância das representações da mulher negra como um ser que pode ser quem quiser.

É interessante perceber que os blocos de depoimentos também conversam entre si, uma vez que passam por um processo de empoderamento da mulher negra, a partir das falas e aspectos textuais trazidos. Esta forma de representação social e coletiva trazida pelo EP1 no Nação evidencia a mulher negra como um agente histórico que mobiliza as práticas sociais com capacidade de luta e articulação.

Os depoimentos narrados por ambas personagens não são muito diferentes da realidade presenciada de muitas mulheres negras brasileiras, que por necessidade precisam priorizar as funções domésticas e os cuidados com os demais entes em contraste com a vida profissional e afetiva. Nesse sentido se torna importante ainda evidenciar que assim como o livro “Mulheres Negras em Primeira Pessoa” traz a vida de mulheres negras anônimas que lutam pela mobilidade social, o EP1 demarca as representações daquelas que, conscientes de sua negritude e das condições de vida impostas pela sociedade, criam um movimento contrário e de resistência.

Nesse sentido, o Nação conseguiu dar um espaço de fala para apenas duas mulheres negras gaúcha, mas que simbolicamente representam mais milhares de outras. Ao narrar suas trajetórias, elas mostram que muito além de possuir uma formação acadêmica ou da especialização em determinada área que confira o título de “fonte oficial”, o cenário que o programa estabelece mostra o conhecimento de mulheres negras legitimados através das próprias vivências cotidianas, dos constantes obstáculos postos e da resistência diante de cada um deles. A escolha por uma personagem, como por exemplo, Marilza, que não faz parte abertamente de um movimento negro, reflete ainda na resistência, empoderamento e consciência negra de uma forma empírica, consequência das violências sofridas no dia-a-dia.

Quanto ao conteúdo das cenas de transição foram demarcados no quadro 4 abaixo, todas as cenas da apresentação teatral do Coletivo Negração e posteriormente realizada as interpretações a partir do todo, posto que, durante a análise ficou evidente a conexão destas com a narrativa principal.

Quadro 4 – A análise do conteúdo das apresentações para EP1

(continua)

CENA DE TRANSIÇÃO	CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO
Cena 3	“Nós somos os únicos seres capazes de superar todas as dificuldades e temos forças pra lutar contra tudo, é só querer”

Quadro 4 – A análise do conteúdo das apresentações para EP1

(continuação)

CENA DE TRANSIÇÃO	CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO
Cena 4	“Fique de pé/ fique de pé/pelos que no mar foram jogados/pelos corpos que no pelourinho foram descarnados/fique de pé”
Cena 5	“Enquanto mulheres convencionais lutam para vencer o machismo/as negras duelam para vencer o machismo/o preconceito/o racismo”
Cena 6	“Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão/Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação”
Cena 7	“O sistema até pode nos transformar em empregadas, mas não podem nos fazer raciocinar como criadas”
Cena 8	“Mulher negra não se acostume com termo depreciativo/Não é melhor ter cabelo liso e nariz fino”
Cena 9	“Podem pagar menos pelos mesmos serviços/Atacar nossas religiões, acusar de feitiços”, unem as vozes e entoam: “Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra”

Fonte: Elaborada pela própria autora.

A música interpretada pelas integrantes do Coletivo Negração é “Mulheres Negras” (ver anexo B) da cantora Yzalú. Ao longo da música são trazidas as várias violências que as negras sofreram ao longo de sua existência e questionamento sobre a hipersexualidade do corpo, da violência do estado em que a definição de suspeito vem com uma tabela de cores, os cargos subalternos, entre outras questões. Em muitos momentos a canção soa como um apelo pela resistência, em outros parece que Yzalú, enquanto mulher negra, tenta confortar e fortalecer outras negras.

Nesse sentido se torna muito congruente à narrativa central, as integrantes do Coletivo Negração apresentarem esta música que traz diversas demandas de mulheres negras, independente do contexto social, uma vez que o racismo e o machismo, mais cedo ou mais tarde, escorrem em cima das negras. Dessa forma, ao analisar o conteúdo das cenas de transição, em consonância à narrativa principal é perceptível o diálogo entre ambos. Cada inserção de cena de transição, dialoga diretamente com o bloco temático anterior, como por exemplo, quando Junara fala sobre o despertar da consciência negra dentro da universidade, a cena de

transição antecedente a este trecho apresenta “*O sistema até pode nos transformar em empregadas, mas não podem nos fazer raciocinar como criadas*”, fazendo referência direta a forma como o sistema está estruturado e o empoderamento da mulher negra, que ao perceber isso, muda o modo de pensar e agir, subvertendo a manutenção do sistema.

Além disso, enquanto temática proposta ser “Mulheres Negras”, a música se encaixa perfeitamente bem na fluência dos episódios. Muito embora as cenas de transição não sejam o foco da narrativa, a intercalar estes momentos ao depoimento de Junara e Marilza, reforça as falas dessas, ao mesmo tempo em que também são um fio condutor para a fluência do episódio.

Para a análise do EP2, em que fica explícita na estrutura do episódio o formato entrevistadora/entrevistada, se optou por inicialmente analisar o depoimento de Maria Conceição Fontoura, uma vez que a narrativa percorre em torno dela e as perguntas centrais são direcionadas também para ela, para posteriormente trazer as nuances do conteúdo das falas das organizadoras da marcha. Dessa forma, o quadro 5 descreve as perguntas da entrevistadora Fernanda Carvalho, os principais aspectos textuais na resposta da entrevistada Maria Conceição e os sentidos ativados nesta interação.

Quadro 5 – A análise do “Conteúdo das Apresentações e Entrevistas” para EP2

(continua)

Pergunta	Resposta	Sentido
Como foi o teu início na militância?	Em 1973 eu vi uma reportagem onde aparecia a história de Zumbi de Palmares e disse é isso que eu quero para minha vida. E a partir dos anos 80 passei a discutir com mulheres negras.	Identificação
Como você sentiu a necessidade de algo mais voltado para as mulheres negras, mesmo dentro da militância?	Logo após o período da escravidão, muitos homens negros ficaram de fora do mercado de trabalho e o sustentáculo das famílias eram as mulheres com aqueles trabalhos humildes. Então tivemos que fazer que a nossa voz fosse a voz daquelas que construíram o Brasil e que sustentam as famílias negras.	Reconhecimento
Como você vê esse momento de protagonismo da mulher negra?	A gente é o sustentáculo das nossas famílias. Se nós calarmos a nossa voz, se deixarmos, como os outros dizem, passar batido, nós não estaremos fazendo o nosso papel de protagonista.	Empoderamento

Quadro 5 – A análise do “Conteúdo das Apresentações e Entrevistas” para EP2

(continuação)

Pergunta	Resposta	Sentido
As marchas das mulheres negras estão ganhando força, seja pelos direitos das mulheres ou até mesmo usando a estética como motivação. Como você vê a tomada das ruas pelas mulheres negras?	É fundamental tomar as ruas, é fundamental a gente ser vista como nós efetivamente somos (...) então estão mexendo com a história das mulheres negras, com a sua autoestima de se ver mulher, de se ver negra e de conhecer a sua importância na sociedade.	Afirmação

Fonte: Elabora pela própria autora.

Ao analisar o quadro 5 percebe-se uma das formas como a produção se expressa na textualidade é através da condução da apresentadora Fernanda Carvalho na entrevista com Maria Conceição, direcionando às temáticas do movimento de mulheres negras e imprimindo uma característica de ação para o episódio, ao mesmo tempo em que, demarca o posicionamento do próprio programa com relação a isso. Isso pode se torna bastante evidente na afirmação “as marchas das mulheres negras estão ganhando força” que antecede a pergunta. Nesse sentido, a apresentadora primeiro declara o que ela já vem percebendo quanto ao movimento de mulheres negras, para posteriormente questionar a entrevistada sobre a opinião dela sobre isso.

Através da análise foi possível compreender também os principais sentidos contidos no depoimento de Maria Conceição Fontoura. A forma como estão orientadas as perguntas de Fernanda Carvalho constrói um percurso que vai da identificação com a trajetória de vida da população negra – quando Maria Conceição salienta que foi após o processo de Identificação com a história de Zumbi dos Palmares, em 1973, que ativou o desejo pela militância no movimento social negro – à Afirmação da negritude, em que ela evidencia a importância das mulheres negras se articularem e ocuparem as ruas para garantir visibilidade e representação.

O EP2 mostra que esse processo passa ainda pelo Reconhecimento evidenciado no discurso de Maria Conceição: “então tivemos que fazer que a nossa voz fosse a voz daquelas que construíram o Brasil e que sustentam as famílias negras”, onde ela demonstra que as vozes das mulheres negras precisam ser ecoadas pelos movimentos sociais negros; e pela Transformação, momento em que após a tomada de consciência e pela necessidade de

mudanças, as mulheres negras passam a se articular e reivindicar na prática respeito aos seus direitos e demandas.

Dessa forma, se torna evidente neste episódio que o discurso narrativo tem um caráter de movimento, tanto nas respostas que são dadas por Maria Conceição quanto na formulação e na significação presente nos questionamentos da apresentadora. Porém, uma vez que o episódio surge embasado na 1ª Marcha do Orgulho Crespo de Porto Alegre, se torna expectável que o EP2 tenha como sentido principal a ação.

Ainda no que tange ao conteúdo das apresentações e entrevistas, no discurso de Maria Conceição determina seu lugar de fala como mulher negra, sendo entrevistada por outra mulher negra. Isso é afirmado em expressões como “nós”, “nossa”, “somos” e “a gente”, as quais mostram que para além da relação entrevistadora/entrevistada, ambas compartilham também uma identidade estruturada por três níveis: da raça, do gênero e da militância. Dessa forma, a identificação uma com a outra acontece de forma direta e bem demarcada.

Quanto as organizadoras da marcha, o EP2 mostra as perguntas de Fernanda Carvalho para apenas uma das organizadoras, Suellen Rodrigues. No quadro 6, estão apresentadas a pergunta de Fernanda Carvalho, as repostas e a identificação de cada uma das mulheres negras ouvidas.

Quadro 6 – Análise do conteúdo das entrevistas para EP2

(continua)

PERGUNTA	RESPOSTA	Mulher Negra
	O objetivo principal é valorizar a identidade e a ancestralidade através da livre expressão do cabelo crespo e lutar pelos nossos direitos e os nossos espaços.	Débora Santos
Como tu vê as questões das marchas que estão acontecendo em São Paulo, agora em Porto Alegre... como um movimento de afirmação da mulher negra?	É muito importante pelo fato, falo por mim mesma, que antes não conseguia me enxergar, não conseguia acreditar na minha identidade e essas marchas que estão acontecendo mostram que não estamos sozinhas.	Suellen Rodrigues

Quadro 6 – Análise do conteúdo das entrevistas para EP2

(continuação)

	<p>Estética negra é a afirmação da mulher negra também. Na minha família são três gerações de mulheres negras alisando os cabelos, inclusive eu, e agora eu espero que as próximas depois de mim não façam isso e se fizerem, porque querem e não para serem aceitas ou serem iguais as personagens da televisão, a personagem dos desenhos... poder passar isso para as crianças, pra mim é o principal.</p>	<p>Irisch Nunes</p>
--	---	---------------------

Fonte: Elabora pela própria autora.

Ao analisar o quadro 6, apesar de não estarem presentes as perguntas da apresentadora para Débora Santos e Irisch Nunes, as respostas são bastante semelhantes, o que leva a considerar que provavelmente o questionamento de Fernanda Carvalho é similar para as três organizadoras da Marcha. Com exceção de Débora Santos, tanto Suellen Rodrigues, quanto Irisch Nunes trazem aspectos da própria vivência para evidenciar a importância da Marcha do Orgulho Crespo.

Outra interpretação possível com relação ao conteúdo destas entrevistas é o sentimento de identificação que se forma pelas organizadoras do evento, uma vez que a rejeição pelo cabelo crespo é uma realidade muito comum para as mulheres negras, por conta do processo branqueador que define padrões de beleza. Assim, ao analisar os principais aspectos dos depoimentos acima apresentados, o principal significado gerado é o de autoafirmação. Evidenciado na frase de Irisch Nunes: “espero que as próximas depois de mim não façam isso e se fizerem, porque querem e não para serem aceitas” e na utilização temporal do passado “antes não conseguia me enxergar, não conseguia acreditar na minha identidade”.

4.5 AS REPRESENTAÇÕES DOS PROCESSOS DE IDENTIDADE DA MULHER NEGRA NOS EPISÓDIOS DO NAÇÃO

Até aqui foram descritas as categorias e dimensões da análise para então compreender como as representações dos processos identitários da mulher negra são geradas nos episódios “Especial Mulheres Negras” e “Mulheres Negras” do programa Nação. Ao analisar as categorias das representações percebe-se que a construção dos dois episódios é muito

semelhante no que tange, principalmente, ao protagonismo da mulher negra e representações em que elas não sejam meramente personagens, mas integrantes também do processo de produção. Por exemplo, no EP1, as mulheres negras têm um destaque significativo na construção da narrativa, relegando ao apresentador Alan Barcellos uma aparição restrita e limitada à apresentação do tema do episódio.

Contudo é importante neste momento, entrar na discussão sobre a presença de uma figura masculina como apresentador do Nação em 2013, muito embora a produção executiva seja de uma mulher negra. Carneiro (2003) afirma que

(...) o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (grifo da autora).

A autora evidencia neste trecho, em questões de condições de vida e oportunidades, ao avaliar a pirâmide social em âmbito geral, os homens negros estão acima apenas das mulheres negras, em contrapartida, abaixo dos grupos racialmente dominantes (mulheres e homens brancos). Dessa forma, no âmbito das representações se torna bastante significativa a presença do sujeito negro a frente de um programa como o Nação, por garantir a visibilidade destes agentes sociais.

Ao mesmo tempo, quando essa análise é direcionada apenas dentro do mesmo grupo racial, nesse caso dos negros, a presença de Alan Barcellos legitima o não reconhecimento das mulheres negras na seleção e a atribuição de cargos de visibilidade e prestígio em meios de comunicação como a televisão. Em suma, considerando que as mulheres negras não se encaixam no padrão de beleza eurocêntrico, muito cultuado e reforçado no Brasil, a televisão barra a participação dessas. Dessa forma, apesar da presença restrita de Alan Barcellos no EP1, o apresentador ainda está posição de evidência nas representações negras, posto que, o Especial Mulheres Negras – 2013 foi apenas um episódio direcionado exclusivamente a este foco, em dois anos.

Em consonância com essa observação pode-se ressaltar ainda que, nesse sentido, o Nação demarcou um posicionamento diferente no EP2 (Mulheres Negras – 2015). Com a produção executiva conduzida por uma mulher negra e a apresentação também, o Nação passa a se posicionar de forma a garantir demandas insistentes no movimento de mulheres negras, como por exemplo, a criação de espaços em que elas possam agir como protagonistas,

representação de negras que através de traços da identidade – como o cabelo, vestimentas – (re)afirmam a consciência negra.

Como já mencionado anteriormente, a formação da identidade é um processo sobremaneira resultante de práticas sociais juntamente com elementos simbólicos, uma vez construída é mantida, alterada ou mesmo remodelada por relações sociais. Nota-se então, que ao longo da análise, todos os elementos do circuito operativo estiveram conectados entre si, na busca pela compreensão das representações negra, demonstrando que essa representação surge a partir de diferentes instâncias culturais. Nesse sentido, os episódios selecionados reforçaram diferentes mulheres negras, como a militante, a agente histórica, a vítima de questões históricas e sociais, a emancipatória. Ainda que existam outras tantas representações possíveis, o Nação priorizou por mulheres que já desenvolveram uma consciência negra.

Para Charles (2013 *apud* Djokic, 2015) a construção da identidade negra é um processo que passa por várias fases:

Nesse primeiro processo, o de assimilação, o sujeito negro é compelido a rejeitar a sua negritude e adquire geralmente uma postura contrária a tudo o que é negro (...) no segundo processo o sujeito negro desenvolverá uma posição de imparcialidade, ele deixará aos poucos de enxergar a si e a sua negritude como um "empecilho" à sua aceitação na sociedade (...) a terceira fase desse processo é mais conflituosa, as lembranças dos comportamentos de auto ódio e da assimilação do comportamento racista mostra-se muito dolorosa para o indivíduo negro. Por isso é extremamente comum, mas também importante, que o indivíduo rejeite toda e qualquer manifestação e representação da branquitude. (...) A quarta fase é a última do processo e é chamado de internalização da afrocentricidade. Nessa fase todas as dúvidas quanto à própria negritude se dispersam e o sujeito negro se sente confortável com a própria identidade. O ataque da branquitude racista já não o desestrutura mais, ainda que continue a atingi-lo de alguma maneira.

Dessa forma, o autor categoriza quatro momentos da construção da consciência e (re)afirmação da identidade negra. Ao observar os episódios de Nação percebe-se que ele se volta quase que exclusivamente aos momentos dois e quatro, ignorando as representações da fase um, em que seria o ponto de partida para a compreensão da negritude e a fase três, nível onde são ressignificados elementos culturais para então adentrar ao processo de auto aceitação. A partir desses níveis de formação e afirmação da identidade negra, retomando as interpretações acerca do Nação nota-se que as representações são apresentadas numa perspectiva de agentes já conscientes, desconsiderando os dois primeiros momentos.

Os principais sentidos materializados pelos episódios – considerando as instâncias culturais de regulação, produção e representação – estão no reconhecimento da negritude e na (re) afirmação desta identidade para gerar um potencial de transformação, seja na esfera da

regulação, criação de políticas de ações afirmativas para garantir a inclusão das negras e negros nos sistemas de ensino e comunicação; seja na produção de uma programa semanal voltado a demandas da população negra; ou na esfera da representação, em que mulheres negras podem contar sua história e gerar processos de identificação e empoderamento em outras telespectadoras negras.

Enquanto texto visual, percebe-se que os episódios selecionados do programa Nação da TVE RS cumprem a função de ressignificar a representação de minorias, e mais especificamente da identidade da mulher negra trazida por emissoras de televisão hegemônicas. Assim, o programa em estudo contribui para a ratificação das identidades negras, a partir da perspectiva do próprio sujeito negro. Numa sociedade como a brasileira, em que não se tem grandes mudanças no que tange as representações de negras e negros nos veículos de comunicação, os EP1 e EP2 do programa Nação se tornam pequenos, mas significativos avanços para representar a centralidade da mulher negra na luta negra.

Por fim, retomando as análises realizadas nesta pesquisa, afere-se que os episódios “Especial Mulheres Negras – 2013” e “Mulheres Negras – 2015” validam e questionam os processos históricos e culturais, no que se refere ao papel das mulheres negras na sociedade e nas representações dos processos identitários pelos meios de comunicação. Muito embora os processos simbólicos de disputa de poder requeiem à mulher negra um imaginário regado por estigmas e estereótipos, iniciativas como o Nação estão modificando isso, a partir de uma luta contínua por representações que estejam alinhadas à real vivência das mulheres negras brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste estudo pode-se compreender os sentidos construídos sobre a mulher negra no Nação e também de que forma a identidade destas mulheres são representadas e legitimadas através do programa. Para isso, foi necessário recorrer a fatos históricos que remontam a trajetória das negras e negros no Brasil, ao mesmo tempo em que foi preciso investigar como a identidade da mulher negra vem se desenvolvendo ao longo dos anos, posto que o processo de colonização destituiu muitos dos elementos que formavam esta identidade.

A partir das teorias sobre cultura, identidade e representação, com o aporte teórico-metodológico dos Estudos Culturais, percebeu-se que os meios de comunicação são integrantes no processo de legitimação e questionamento de identidades. Dessa forma, sendo o Nação o único programa televisivo em rede nacional que se propõe a retratar e desenvolver exclusivamente pautas que envolvem a população negra, semanalmente, se tornou fundamental compreender o papel social da TV pública como produtora de conteúdos educativos e com diversidade étnico-racial para a realização do estudo, assim como avaliar qual o tratamento que a emissora e o programa dão às representações de identidades deste grupo social.

Por meio da análise realizada neste estudo, compreende-se que as representações dos processos identitários da mulher negra acontecem de forma bastante variada, mesmo dentro de cada episódio do Nação. Torna-se evidente a preocupação do programa em não reproduzir estigmas e estereótipos que comumente são retratados em emissoras comerciais. Para tanto, o Nação traz uma pluralidade de vozes, sendo de mulheres negras de vários segmentos sociais, militantes ou não. Além disso, é interessante perceber que a construção dos episódios traz como pano de fundo outros tipos de representações: no caso do Mulheres Negras – 2015, apesar da origem partir da Marcha do Orgulho Crespo em Porto Alegre, ao longo de todo o episódio são trazidas cenas do documentário “Dandaras – a força da mulher quilombola” e da websérie “Empoderadas”.

Ao pensar nas representações da mulher negra nos veículos de comunicação, é importante perceber o crescimento significativo de representações que contemplam a identidade da mulher negra de forma empoderada. Este movimento é cada vez mais crescente na internet, por exemplo, em que se disponibilizam filmes, documentários e produções independentes de e para afrodescendentes, com intenção de ressignificar a imagem das negras e negros. O “Empoderadas”, websérie que também surgiu com esse intuito e são apresentados trechos num dos episódios analisados nesse estudo, é um instrumento que ativa sentidos de

identificação para muitas mulheres negras que têm histórias semelhantes ou anseios por referências sociais.

Dentre os objetivos propostos, no sentido de analisar os aspectos culturais dos dois episódios selecionados, antes de tudo, foi preciso considerar as instâncias culturais do operador metodológico de Du Gay (1997) em consonância com aspectos da análise textual de Casetti e Chio (1999) e entender como são construídos os sentidos por meio do programa. Percebe-se que as representações da mulher negra nos episódios analisados se formam desde a escolha do acontecimento – o ponto inicial para a criação do episódio – até as personalidades negras escolhidas, sejam militantes, sejam anônimas, para compor os capítulos.

No Especial Mulheres Negras – 2013, por exemplo, são apresentadas negras mães, militantes, com contextos sociais variados. Nesse sentido, é interessante evidenciar ainda que para a (re)afirmação da identidade da mulher negra, cada episódio transita nos eixos culturais da regulação, produção e representação. No âmbito da regulação através, principalmente, das políticas públicas de ações afirmativas; na produção a partir da compreensão do modo de fazer do programa e na representação ao evidenciar aspectos da vida cotidiana de mulheres negras e do processo de empoderamento que essas vêm desenvolvendo.

Com os resultados obtidos foi possível responder o problema norteador “De que forma se dão as representações da mulher negra no Nação”, sendo hoje o único programa que se propõe a retratar e discutir, semanalmente, pautas que envolvem a população negra e, além disso, por ser organizado e apresentado por uma equipe majoritariamente negra, em muitos aspectos as representações se esforçam para contemplar várias “mulheres negras”. Assim como não é possível limitar os traços identitários da cultura afro-brasileira, nos episódios analisados percebe-se a tentativa em abranger mães, filhas, militantes, artistas, bem-sucedidas socialmente ou não. Para além disso, é importante evidenciar que a situação atual da Fundação Piratini limita em muitos aspectos a produção do Nação e põe em risco a continuidade desse que é o único programa que se dedica exclusivamente a temática negra. Isso é uma perda para a TV pública, para as comunidades negras e para a população como um todo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vitor. Genealogias, lógicas e horizontes dos estudos culturais. In: GOULART, Rosa Maria; FRAGA, Maria do Céu; MENESES, Paulo (Org.). **O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem**. 2008. Ponta Delgada: Universidade dos Açores

ARAÚJO, Sheneville Cunha de. **A discriminação da imagem do negro na TV brasileira**. 2002. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Jornalismo, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2003.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles**. 2005, Rio de Janeiro. 128f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOZO, Vera. Entrevista concedida a Clara Sitó Alves. Santa Maria, 10 out. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia]

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>.

CASSETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. **Análisis de la televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación**. Barcelona: Paidós, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAVES, Maria Laura Barbosa. **O negro na mídia brasileira**. 2007. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Publicidade e Propaganda, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008.

COELHO, Selma; CARVALHO, Juliano. O conceito da televisão pública para a rede nacional de televisão pública digital. **Temática**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p.1-19, fev. 2012.

DU GAY, Paul. et al. **Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman**. Londres: Sage, 1997.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais** - uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

_____. Os estudos culturais. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia, website dos estudos culturais**. 2006. Disponível em: <www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias>. Acesso em: 19 mai. 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Uma introdução aos estudos culturais**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008.

FUNDAÇÃO PIRATINI. **Quem Somos**. 2011. Disponível em: <<http://www.fcp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/#gs.null>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Mulher negra**. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1993. 41 p.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2012

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 143-179.

GRIJÓ, Wesley Pereira; SOUSA, Adam Henrique Freire. **O negro na telenovela brasileira: A representação nas telenovelas da TV Globo na década de 2000**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, PE, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2918-1.pdf>> acesso em 30 mar. 2017

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: SOVICK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ufmg, 2003. p. 199-218.

_____. **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Lima: Envión Editores, 2010.

HENRIQUES, Mariana Nogueira; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. **Várias gerações, uma identidade: O programa Bah! como representação da identidade gaúcha**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

Instituto Búzios (Org.). **Mulher negra: dados estatísticos**. Disponível em: <[http://www.institutobuzios.org.br/documentos/MULHER NEGRA DADOS ESTATISTICOS.pdf](http://www.institutobuzios.org.br/documentos/MULHER%20NEGRA%20DADOS%20ESTATISTICOS.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Fundação Cultural Palmares. **Onde está o negro na TV pública?** Disponível em: <www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf>. Acesso em 02 abr. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LAGE, Nilson, **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; ENNINGER, Rossana Zott. **Identidades e televisão regional: conceitos e aproximações**. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, AM, 2013. Disponível em: < [http://w3.ufsm.br/estudosculturais/arquivos/trabalhos-
eventos](http://w3.ufsm.br/estudosculturais/arquivos/trabalhos-eventos)> acesso em 20 fev. 2016

MESSA, Márcia Rejane Postiglioni. **As mulheres só querem ser salvas: Sex and the City e o pós-feminismo**. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORAES, Dênis. **Imaginário social e hegemonia cultural**. 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MORAES, Ana Luiza Coiro. Para buscar contextualizar essa estruturação na ‘vida real expressa pelo conjunto de organização social. **Questões Transversais: revista de epistemologias da comunicação**, São Leopoldo, v. 4, n. 7, p.28-36, jun. 2016.

MORAES, Ana Luiza Coiro; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; LISBOA, Maria da Graça Portela. **Os estudos culturais e as pesquisas em televisão: uma análise da representação e identidade no Galpão Crioulo**. In: ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INVESTIGADORES DA COMUNICAÇÃO, Peru, 2014. Disponível em: < [http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/alaic-com-intercultural-e-
folk.pdf](http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/alaic-com-intercultural-e-folk.pdf)>. Acesso em 03 abr. 2017

OLIVEIRA, Leunice Martins de. **Educomunicação para educação das relações étnico-raciais**. 2015. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL CIENTÍFICA DA ANPED, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4404.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995, p.16.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX**. 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana Flavia Magalhaes Pinto.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana_Flavia_Magalhaes_Pinto.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PROGRAMA Faces. Porto Alegre: Tve Rs, 2015. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsGU8f4vM2A>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Venus de hotentote em qualquer lugar:** a exotização da mulher negra. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/12/23/venus-hotentote-lugar-exotizacao-mulher-negra/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.446-457, jul. 1995.

ROCHA, Simone et al. Os estudos culturais e os entrelaçamentos entre comunicação e cultura: uma análise do filme *Cão sem dono*. **Revista Interin**, Curitiba, no. 9, p. 01 - 15, 2010.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História e Estudos Culturais: O materialismo cultural de Raymond Williams. **Ponto de Lança**, São Cristóvão, v. 4, n. 8, p.37-44, abr. 2011.

SANDE, Elias Ricardo. **Conceito de Família:** Perspectiva Africana. 2011. Disponível em: <<http://eliasantaylor85.blogspot.com.br/2011/11/conceito-de-familia-perspectiva.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SANTANA, André (Org.). **Uma admiradora e defensora das artes negra**. 2016. Disponível em: <<http://correionago.com.br/portal/uma-admiradora-e-defensora-das-artes-negras/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. Gilroy, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 1, p.273-278, 2002. FapUNIFESP (SciELO).

SANTOS, Márcio André de Oliveira. Negritudes Posicionadas: as muitas formas da identidade negra no Brasil. **Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 12-18, 2011.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. **O negro representado na revista Raça Brasil:** a estratégia de identidade da mídia étnica. 2004. 188f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia e Comunicação, Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: _____. **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996, p. 135.

SOARES, Luana. **Mulheres negras e o poder:** nós também podemos. 2013. Disponível em: <<https://quilombocoletivo.wordpress.com/2013/01/31/mulheres-negras-e-o-poder-nos-tambem-podemos/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

_____. **Sobre a imprensa negra**. 2008. Disponível em: <<http://cojira-al.blogspot.com.br/2008/11/sobre-imprensa-negra.html>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

TORVES, José Carlos de Oliveira. **TVE-RS: Governos X Conselho Deliberativo:** Um estudo das operações ideológicas no comando da emissora. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

UNESCO. **Public Broadcasting: How? Why?** Montreal, World Radio and Television Council, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulher no Brasil.** 2015. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

_____. **La larga revolución.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

_____. **Palavras-chave.** São Paulo: Boitempo, 2007.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ANEXO A – ENTREVISTA COM A PRODUTORA VERA CARDOZO

Realização: 14 de abril de 2017.

1) Como acontece o processo de produção do Nação? Desde a reunião de pauta até as filmagens?

Somos uma equipe bem reduzida a Fernanda Carvalho, eu e a Iara de Almeida, além do editor de imagens e da equipe de externa (cinegrafista e auxiliar). A emissora tem uma estrutura que inclui departamento de arte, setor de divulgação, que também se envolvem com o Nação. Mas o formato de documentário, ou uma grande reportagem semanal, nos levou a abrir espaço pra produções de terceiros, que tenham afinidade com nossa linha editorial. Assim ganhamos um pouco mais de tempo para produzir cada programa. Normalmente elencamos algumas pautas por ordem de relevância, estabelecemos um cronograma de exibição e vamos produzindo de acordo com a disponibilidade das fontes e das equipes de externa que são disponibilizadas para o Nação. Normalmente temos duas equipes de externa por semana, mas nem sempre isto é garantido. O Nação é todo gravado em externa, com raras exceções, dependemos de condições climáticas e de luz natural. Mas se tudo sai como o previsto captamos um episódio em 15 dias, sendo que o cronograma de captação é montado de forma a permitir que o material vá sendo capturado e editado simultaneamente a gravação. No governo atual nossas condições de trabalho foram bastante prejudicadas pelas reduções de custos que resultaram em diminuição de pessoal, de horas de trabalho e impossibilidade de deslocamentos. Ou seja, hoje produzimos bem menos e com menos qualidade de há 3 anos atrás.

2) De que forma são escolhidas as temáticas que serão retratadas? E quais os desafios que vocês encontram, considerando o Nação como um programa de representação da população negra?

Em função de sermos um espaço único a tratar de temas relacionados à história e à cultura negra em um espaço regular em grade de programação nacional, a demanda é muito grande. Mas a escolha da pauta é determinada mais pela viabilidade e facilidade de execução do que pela relevância. No caso dos temas históricos procuramos estabelecer uma relação com datas de referência aos fatos ou personagens.

4) O Nação recebe algum incentivo fiscal para sua produção ou se insere em editais de políticas de inclusão racial?

A TVE como emissora pública tem limitações nas possibilidades de captação de recursos, mas chegamos a disputar editais e algum incentivo sem êxito, mesmo quando relacionados ao incentivo à produção cultural negra.

5) De que forma foram pensados os episódios Especial Mulheres Negras (2013) e Mulheres Negras (2015)?

Os episódios dedicados às mulheres negras foram realizados, a partir de demandas do Movimento Social. O primeiro a partir de um livro produzido pela AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil, representada aqui no RS pela Maria Mulher, marcando a passagem do 8 de março de 2013. E o segundo a partir da mobilização da Marcha das Mulheres Negras 2015.

ANEXO B – MÚSICA MULHERES NEGRAS DE YZALÚ

Enquanto o couro do chicote cortava a carne,
 A dor metabolizada fortificava o caráter;
 A colônia produziu muito mais que cativos,
 Fez heroínas que pra não gerar escravos matavam os filhos;
 Não fomos vencidas pela anulação social,
 Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial;
 O sistema pode até me transformar em empregada,
 Mas não pode me fazer raciocinar como criada;
 Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,
 As negras duelam pra vencer o machismo,
 O preconceito, o racismo;
 Lutam pra reverter o processo de aniquilação
 Que encarcera afros descendentes em cubículos na prisão;
 Não existe lei maria da penha que nos proteja,
 Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza;
 De ler nos banheiros das faculdades hitleristas,
 Fora macacos cotistas;
 Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão,
 Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação;
 Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador
 Falharam na missão de me dar complexo de inferior;
 Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu,
 Meu lugar não é nos calvários do brasil;
 Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro,
 É porque a lei áurea não passa de um texto morto;

Não precisa se esconder segurança,
 Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança;
 Sei que no seu curso de protetor de dono praia,
 Ensinarão que as negras saem do mercado
 Com produtos em baixo da saia;
 Não quero um pote de manteiga ou um shampoo,
 Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru;
 Fazer o meu povo entender que é inadmissível,
 Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino;
 Cansei de ver a minha gente nas estatísticas,
 Das mães solteiras, detentas, diaristas.
 O aço das novas correntes não aprisiona minha mente,
 Não me compra e não me faz mostrar os dentes;
 Mulher negra não se acostume com termo depreciativo,
 Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino;
 Nossos traços faciais são como letras de um documento,
 Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos;
 Fique de pé pelos que no mar foram jogados,
 Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados.

Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria
É atrair gringo turista interpretando mulata;
Podem pagar menos pelos os mesmos serviços,
Atacar nossas religiões, acusar de feitiços;
Menosprezar a nossa contribuição para cultura brasileira,
Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra;

Refrão:

Mulheres negras são como mantas kevlar,
Preparadas pela vida para suportar;
O machismo, os tiros, o eurocentrismo,
Abalam mas não deixam nossos neurônios cativos.